

REVISTA TRC



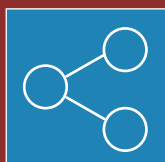
**IV Congresso Internacional
dos Tribunais de Contas
Florianópolis - SC | 2025**

ÍNDICE



PANORAMA CITC

IV CITC: Convergência internacional	3
Principais números do CITC	5
O CITC ao longo do tempo	6
Galeria de fotos	7
As vozes do IV CITC	8
Os quatro eixos que estruturam o IV CITC	9



PARCERIAS QUE IMPULSIONAM O IV CITC

Parcerias fortalecem o IV CITC e ampliam o impacto das políticas públicas	11
BNDES – Controle externo e desenvolvimento: os desafios da Agenda 2030	13
ABDI – Inovação, diálogo e segurança jurídica no controle externo	14
Sebrae – Diálogo institucional e fortalecimento do ambiente de negócios	15
SEF/SC – Controle externo moderno e gestão pública mais eficiente	16
CFA – Administração e controle: funções complementares na gestão pública	17
Aegea – Diálogo institucional e governança para o avanço de serviços essenciais	18

EIXO 1



DIREITOS HUMANOS E REDUÇÃO DAS DESIGUALDADES

Justiça, liberdade e segurança: a essencialidade dos Tribunais de Contas	19
Controle externo e democracia no coração da República	27
Ministros do STF encerram o IV CITC com alertas sobre democracia, direitos e responsabilidade fiscal	61

EIXO 2



INDÚSTRIA E CRESCIMENTO ECONÔMICO SUSTENTÁVEL

Reforma tributária em foco: Simplificação, impactos locais e o novo modelo de coordenação.....	23
Comitê Gestor do IBS: um novo paradigma de coordenação	25
Impactos municipais: riscos desigualdades e caminhos possíveis.....	26
Equilíbrio fiscal e pacto federativo pautam reflexões essenciais para o futuro das contas públicas.....	57

EIXO 3



MEIO AMBIENTE E DESAFIO CLIMÁTICO

John Elkington no IV CITC: o futuro das economias será regenerativo	41
Cidades sustentáveis: o desafio do controle em um país cada vez mais urbano.....	45
Governança ambiental em alerta diante da crise climática.....	47

EIXO 4



GOVERNANÇA, JUSTIÇA E COOPERAÇÃO

Transparência como política pública: PNTP apresenta resultados 2025	49
Modelos internacionais apontam novos caminhos para o controle externo	55



IV CITC POR DENTRO: PESSOAS, IDEIAS E CONEXÕES

Oficinas e atividades paralelas: conexões que ampliam horizontes no CITC.....	29
Recondução por aclamação: Edilson Silva segue à frente da Atricon.....	51
IRB elege nova diretoria: Inaldo Araújo assume a presidência.....	53
Vídeocast Atricon revoluciona a cobertura do IV CITC.....	54
Prêmio Comunica celebra a força da comunicação pública	59
Estande Atricon: Inovação, cooperação e resultados.....	65
Prêmio Innovatio: a inovação que move o Sistema de Controle Externo	69
Galeria de fotos	74
IV CITC compensa 100% das emissões e transforma resíduos em impacto ambiental e social.....	76
IV CITC reúne mais de 3 mil participantes e reafirma a força das instituições de controle.....	78

IV CITC: CONVERGÊNCIA INTERNACIONAL PARA FORTALECER O CONTROLE EXTERNO

Encontro se consolida como espaço que promove o conhecimento técnico aliado à visão estratégica e compromisso público.

O Congresso Internacional dos Tribunais de Contas (CITC) tornou-se, ao longo dos últimos anos, um ponto de **encontro indispensável para quem pensa o futuro do controle externo**. Desde Foz do Iguaçu, em 2019, passando por João Pessoa e Fortaleza, o CITC cresceu em escopo, público e relevância. A cada edição, ampliou sua capacidade de reunir especialistas, lideranças públicas e representantes de diversos países em um mesmo ambiente de diálogo e cooperação.

Em 2025, Florianópolis recebeu a quarta edição do encontro e reafirmou essa vocação. Durante quatro dias, o CentroSul tornou-se um grande fórum internacional dedicado a refletir sobre **“Tribunais de Contas: República, Democracia, Governança e Sustentabilidade”**. Autoridades estrangeiras, organismos multilaterais, pesquisadores e delegações técnicas de diferentes continentes trouxeram experiências, desafios e soluções que enriqueceram cada debate. Uma troca intensa, marcada por comparações de modelos, aprendizados mútuos e uma visão clara

sobre o papel das instituições de controle em democracias modernas.

A programação combinou **conferências, painéis, exposições de projetos e encontros institucionais relevantes**. A cada sessão, temas como transparência, cidades sustentáveis, federalismo fiscal, inovação digital e políticas ambientais ganharam novas perspectivas.

A realização desta edição contou com o esforço conjunto de diversas instituições. O Congresso foi promovido pela Associação dos Membros dos Tribunais de Contas do Brasil (Atricon), Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina (TCE-SC), Instituto Rui Barbosa (IRB), Conselho Nacional de Presidentes dos Tribunais de Contas, Associação Brasileira de Tribunais de Contas dos Municípios (Abracom) e Associação Nacional dos Ministros e Conselheiros Substitutos dos Tribunais de Contas do Brasil (Audicon), em parceria com o Governo do Estado de Santa Catarina, Prefeitura de Florianópolis, Prefeitura de Blumenau, Assembleia Legislativa e Grupo Baía Sul. O evento teve ainda o patrocínio de Aegea, BID, BRDE, Celesc, Codemge, Cemig, CFA, CFC, CNI, FIESC, Sebrae, TechBiz, ABDI, BNDES, Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços e Ministério da Fazenda.

O CITC celebra a união de esforços, aproxima instituições e traz novas perspectivas para temas decisivos da gestão pública. Um encontro que reafirma a importância do controle externo para o fortalecimento da República e para a construção de um Estado mais íntegro, eficiente e preparado para o amanhã.



ASSISTA AO VÍDEO RESUMO DO EVENTO



PRINCIPAIS NÚMEROS DO IV CITC



PARTICIPAÇÃO E ALCANCE

+3,1 MIL PARTICIPANTES

8 PAÍSES REPRESENTADOS

Angola; Argentina; Espanha; França; Inglaterra; Moçambique; Paraguai; e Portugal



2 PRESIDENTES DE ORGANIZAÇÕES INTERNACIONAIS

PROGRAMAÇÃO CIENTÍFICA

10 PALESTRAS

7 OFICINAS

5 PAINÉIS

47 ATIVIDADES PARALELAS



EQUIPE DE CONTEÚDO E MEDIAÇÃO

+25 PALESTRANTES

18 FACILITADORES E MINISTRANTES DE OFICINAS

15 PAINELISTAS

15 MEDIADORES

5 CONFERENCISTAS



O CONGRESSO INTERNACIONAL DOS TRIBUNAIS DE CONTAS (CITC) AO LONGO DO TEMPO



2019 – I CITC – Foz do Iguaçu (PR)

Tema: Controle Externo Contemporâneo.

Reuniu membros e especialistas para discutir novas abordagens, práticas e perspectivas do controle externo no Brasil.



2021 – II CITC – João Pessoa (PB)

Tema: Os Tribunais de Contas e o Mundo em Transformação.

Edição híbrida que integrou debates sobre mudanças tecnológicas, desafios institucionais e governança pública em um cenário de rápidas transições.



2023 – III CITC – Fortaleza (CE)

Tema: Governança, Responsabilidade Fiscal e Social e Sustentabilidade na Era Digital.

O encontro aprofundou reflexões sobre o papel das cortes de contas na promoção de políticas sustentáveis, transparentes e alinhadas às novas exigências tecnológicas.



2025 – IV CITC – Florianópolis (SC)

Tema: República, Democracia, Governança e Sustentabilidade.

Consolida a visão de futuro do controle externo, fortalecendo a articulação institucional e ampliando o diálogo com a sociedade.



**CONFIRA AS IMAGENS DO MAIOR
EVENTO DO CONTROLE EXTERNO DO PAÍS**

ENCONTRE SEUS REGISTROS UTILIZANDO RECONHECIMENTO FACIAL

AS VOZES DO IV CITC

O IV CITC reuniu algumas das vozes mais influentes do debate público contemporâneo, consolidando o congresso como um espaço privilegiado de diálogo entre instituições, especialistas e organismos internacionais.

Entre os destaques esteve o procurador-geral da República, Paulo Gonet, que abriu o encontro com uma reflexão profunda sobre o papel das instituições de controle na proteção da República. A presença dos ministros do Supremo Tribunal Federal (STF) Flávio Dino, André Mendonça e Cármen Lúcia trouxe ainda mais densidade aos debates sobre democracia, eficiência e accountability.

A dimensão internacional se ampliou com as contribuições do juiz conselheiro português Paulo Jorge Nogueira da Costa e da conselheira espanhola Elena Hernández Salguero, que trouxeram perspectivas comparadas sobre métodos e funções do controle.

A programação também contou com a presença de Nicolas Groper, Procurador-Geral do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas da França, cuja experiência reforçou o diálogo entre modelos europeus e latino-americanos de fiscalização e responsabilidade pública.

As reflexões sobre meio ambiente ganharam profundidade com a participação do britânico John Elkington, um dos fundadores do movimento global de sustentabilidade.

A diversidade de olhares confirma o IV CITC como um fórum que atravessa fronteiras, capaz de reunir diferentes tradições, fortalecer vínculos e projetar os próximos passos do controle externo brasileiro no cenário global.



OS QUATRO EIXOS QUE ESTRUTURAM O IV CITC E CONECTAM O CONTROLE EXTERNO À AGENDA 2030

O IV CITC estrutura sua programação em quatro Eixos Temáticos que reúnem conteúdos diretamente relacionados ao tema central “Tribunais de Contas: República, Democracia, Governança e Sustentabilidade”, estabelecendo a correlação com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Agenda 2030.

O Eixo 1

Direitos Humanos e Redução das Desigualdades – contempla debates vinculados ao ODS 1 (Erradicação da pobreza), ODS 2 (Fome zero e agricultura sustentável), ODS 3 (Saúde e bem-estar), ODS 4 (Educação de qualidade), ODS 5 (Igualdade de gênero) e ODS 10 (Redução das desigualdades), abordando políticas públicas orientadas à promoção da equidade e à garantia de direitos fundamentais.



O Eixo 2

Indústria e Crescimento Econômico Sustentável – relaciona-se ao ODS 8 (Trabalho decente e crescimento econômico), ODS 9 (Indústria, inovação e infraestrutura), ODS 11 (Cidades e comunidades sustentáveis) e ODS 12 (Consumo e produção responsáveis), enfatizando o papel do controle externo na indução de desenvolvimento econômico responsável e sustentável.





O Eixo 3

Meio Ambiente e Desafio Climático – articula-se com o ODS 6 (Água potável e saneamento), ODS 7 (Energia limpa e acessível), ODS 13 (Ação contra a mudança global do clima), ODS 14 (Vida na água) e ODS 15 (Vida terrestre), destacando a importância da governança ambiental e da fiscalização de políticas voltadas à sustentabilidade ecológica.



O Eixo 4

Governança, Justiça e Cooperação – está alinhado ao ODS 16 (Paz, justiça e instituições eficazes) e ao ODS 17 (Parcerias e meios de implementação), reforçando a centralidade da integridade institucional, da cooperação interinstitucional e do fortalecimento democráticos.



Parcerias fortalecem o IV CITC e ampliam o impacto das políticas públicas

Mais de 20 instituições, entre órgãos públicos, empresas privadas, bancos, conselhos e entidades representativas, participaram da realização do IV Congresso Internacional dos Tribunais de Contas (IV CITC).

A parceria entre as entidades consolidou o evento como um espaço estratégico de diálogo e articulação institucional, reunindo gestores, especialistas, representantes do controle externo, do setor produtivo e da sociedade para a troca de experiências e a disseminação de boas práticas.

Além de fortalecer a governança e o aprimoramento das políticas públicas, o IV CITC também gerou impacto econômico local, com a movimentação dos setores de comércio, serviços e turismo.

REALIZAÇÃO



PARCERIA



REDE PARCEIRA OFICIAL DE SAÚDE

PATROCÍNIO:



APOIO INSTITUCIONAL:





Veja o que destacam
alguns dos parceiros
sobre o IV CITC

O BANCO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL (BNDES) REFORÇA O COMPROMISSO COM INICIATIVAS QUE IMPULSIONAM INOVAÇÃO, TRANSPARÊNCIA E O FORTALECIMENTO DA GESTÃO PÚBLICA NO BRASIL.



Controle externo e desenvolvimento: os desafios da Agenda 2030

No IV CITC, o BNDES reforça a importância do controle externo para a Agenda 2030 e a transição ecológica.

No IV Congresso Internacional dos Tribunais de Contas, promovido pela Atricon, o diretor jurídico do BNDES, Walter Baeri, destacou a relevância do encontro para alinhar a atuação das instituições de controle aos desafios da Agenda 2030. Ele apresentou um panorama da participação do banco na COP30 e ressaltou como a transição ecológica pode gerar desenvolvimento e oportunidades para o Brasil — desde que acompanhada por fiscalização qualificada e investimentos públicos bem estruturados.

Baeri enfatizou que a articulação promovida pela Atricon é essencial para que União, esta-

dos e municípios atuem como uma verdadeira rede, compartilhando metodologias, boas práticas e critérios de auditoria. Segundo ele, **“iniciativas assim fortalecem a governança pública e ampliam a capacidade de implementação de políticas sustentáveis”**.

Ao mencionar que o BNDES é hoje um dos principais investidores globais em energia limpa e estruturador de projetos fundamentais, como os de saneamento, Baeri reforçou que eventos como o IV CITC demonstram o compromisso dos envolvidos com o avanço do controle externo e com uma gestão pública mais eficiente, inclusiva e sustentável.

A AGÊNCIA BRASILEIRA DE DESENVOLVIMENTO INDUSTRIAL (ABDI) REFORÇA O COMPROMISSO COM INICIATIVAS QUE IMPULSIONAM INOVAÇÃO, TRANSPARÊNCIA E O FORTALECIMENTO DA GESTÃO PÚBLICA NO BRASIL.



Inovação, diálogo e segurança jurídica no controle externo

ABDI aponta o diálogo com os Tribunais como chave para inovar com responsabilidade.

O diretor de Tecnologia da Agência Brasileira de Desenvolvimento Industrial (ABDI), Carlos Geraldo Santana, ressaltou no IV CITC o valor de reunir, em um mesmo espaço, gestores públicos, especialistas e órgãos de controle. Para ele, encontros como o promovido pela Atricon ampliam a compreensão sobre o papel dos Tribunais de Contas e ajudam a superar a visão de que essas instituições atuam apenas de forma punitiva. **“Hoje, o controle externo é também preventivo, instrutivo e orientador”**, destacou.

Santana explicou que a ABDI mantém parceria com o TCU na área de inovação para enfrentar o receio ainda comum entre gesto-

res públicos ao assinar projetos inovadores. Segundo ele, muitos temem ser responsabilizados por iniciativas que envolvem risco — e é nesse ponto que o diálogo com os Tribunais se torna decisivo. O trabalho conjunto busca ampliar a segurança jurídica, estabelecer parâmetros e reduzir falhas decorrentes do desconhecimento.

O diretor também ressaltou o papel contínuo da Atricon na promoção de espaços de formação e integração, essenciais para aproximar instituições que lidam com recursos públicos e inovação. Para Santana, a participação da ABDI reforça o compromisso com uma gestão pública mais eficiente e segura.

O SERVIÇO BRASILEIRO DE APOIO ÀS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS (SEBRAE) REFORÇA O COMPROMISSO COM INICIATIVAS QUE IMPULSIONAM INOVAÇÃO, TRANSPARÊNCIA E O FORTALECIMENTO DA GESTÃO PÚBLICA NO BRASIL.



Diálogo institucional e fortalecimento do ambiente de negócios

Sebrae aponta a articulação com os Tribunais como motor do desenvolvimento local.

O Sebrae marcou presença entre os patrocinadores do IV Congresso Internacional dos Tribunais de Contas, reforçando a centralidade do diálogo entre instituições para o fortalecimento do ambiente de negócios no país. Para Ismael Edgar, coordenador de Políticas Públicas do Sebrae Santa Catarina, a atuação dos Tribunais de Contas tem impacto direto no desenvolvimento de micro e pequenas empresas, especialmente nas compras públicas e na criação de condições mais favoráveis à inovação. Segundo ele, ao fiscalizar, orientar e capacitar gestores municipais, os TCs contribuem para tornar o mercado mais acessível, transparente e eficiente.

Ismael destaca que o Sebrae vê a educação — de empreendedores e instituições públicas — como elemento estratégico para transformar realidades locais. A aproximação com os Tribunais amplia a capacidade de disseminar conhecimento e aprimorar práticas de gestão. Para o representante do Sebrae, o IV CITC demonstra que as relações construídas fora do palco são tão relevantes quanto as discussões formais do evento. **“Quando unimos forças e compartilhamos experiências, conseguimos evoluir como sociedade e fortalecer o desenvolvimento econômico”**, afirma.

A SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA DE SANTA CATARINA (SEF/SC) REFORÇA O COMPROMISSO COM INICIATIVAS QUE IMPULSIONAM INOVAÇÃO, TRANSPARÊNCIA E O FORTALECIMENTO DA GESTÃO PÚBLICA NO BRASIL.



Controle externo moderno e gestão pública mais eficiente

Secretário da Fazenda de Santa Catarina destaca o papel orientador dos TCs no fortalecimento da eficiência e responsabilidade na administração pública.

O IV Congresso Internacional dos Tribunais de Contas destacou a centralidade do controle externo no enfrentamento dos desafios atuais da gestão pública. Para o secretário de Estado da Fazenda de Santa Catarina, Cleverson Siewert, o evento qualificou o debate sobre eficiência, transparência e responsabilidade, fortalecendo o papel institucional dos Tribunais de Contas em um contexto de crescente complexidade administrativa.

Siewert ressaltou que **o Congresso evidenciou uma atuação moderna das Cortes de Contas, cada vez mais orientadora e preventiva**. Essa abordagem, segundo ele,

contribui para decisões mais seguras por parte dos gestores públicos e amplia a previsibilidade da ação estatal, em sintonia com as diretrizes adotadas pelo Governo de Santa Catarina.

O secretário destacou ainda o valor do diálogo institucional e da troca de experiências promovidos pela Atricon. Iniciativas como o IV CITC, afirmou, impulsionam a modernização do controle externo e geram benefícios concretos à sociedade, refletidos em políticas públicas mais eficientes, no uso responsável dos recursos e no fortalecimento da transparência.

O CONSELHO FEDERAL DE ADMINISTRAÇÃO (CFA) REFORÇA O COMPROMISSO COM INICIATIVAS QUE IMPULSIONAM INOVAÇÃO, TRANSPARÊNCIA E O FORTALECIMENTO DA GESTÃO PÚBLICA NO BRASIL.



Administração e controle: funções complementares na gestão pública

CFA destaca o papel dos administradores no fortalecimento da governança pública.

Entre os apoiadores do IV Congresso Internacional dos Tribunais de Contas, o Conselho Federal de Administração (CFA) reforçou a sintonia entre os temas do evento e o escopo profissional dos administradores. Para Francisco Costa, diretor de Administração e Finanças do CFA, participar do Congresso é uma oportunidade para valorizar a profissão e demonstrar como a formação em administração dialoga diretamente com desafios da gestão pública, como governança, responsabilidade fiscal, sustentabilidade, integridade e qualidade da gestão. “Os temas trazidos pela programação estão no coração da nossa área de atuação”, afirmou.

Ao comentar a aproximação do CFA com os TCs, Francisco Costa ressaltou que **o controle**

externo cumpre papel essencial para qualificar as práticas administrativas no setor público. Ele observa que boa gestão e boa fiscalização são complementares: administradores devem atuar com excelência técnica, enquanto os Tribunais garantem segurança, equilíbrio e responsabilidade no uso dos recursos públicos. “Cabe a nós fazer uma ótima gestão; cabe a eles assegurar que essa gestão aconteça dentro dos parâmetros corretos”, destacou.

O diretor também elogiou a evolução dos eventos promovidos pela Atricon, que estimulam troca de conhecimento, networking e oportunidades profissionais em um ambiente plural e qualificado. “Quando compartilhamos conhecimento, ele se multiplica”, conclui.

A AEGEA REFORÇA O COMPROMISSO COM INICIATIVAS QUE IMPULSIONAM INOVAÇÃO, TRANSPARÊNCIA E O FORTALECIMENTO DA GESTÃO PÚBLICA NO BRASIL.



Diálogo institucional e governança para o avanço de serviços essenciais

Aegea reforça o papel do controle externo na promoção da segurança jurídica, da boa gestão e da universalização dos serviços de saneamento.

A participação da Aegea como patrocinadora do IV Congresso Internacional dos Tribunais de Contas reforçou o papel do evento como espaço estratégico de diálogo entre o setor público, os órgãos de controle e organizações parceiras responsáveis pela prestação de serviços essenciais. Ao apoiar a iniciativa promovida pela Atricon, a Companhia destacou seu compromisso com a governança pública, a transparência e o fortalecimento institucional, contribuindo para um ambiente qualificado de debate técnico e jurídico.

Para a Aegea, **o Congresso se consolida como fórum relevante para o intercâmbio de experiências e a disseminação de boas prá-**

ticas de controle externo, especialmente em setores estruturantes como o saneamen-

to básico. A presença de gestores públicos, Tribunais de Contas e especialistas favorece a convergência de entendimentos, amplia a segurança jurídica e fortalece a previsibilidade das políticas públicas. Nesse contexto, o saneamento é tratado como elemento central do desenvolvimento social, econômico e ambiental do país.

Ao destacar a importância de um controle externo técnico, preventivo e orientador, a Aegea avalia que iniciativas como o IV CITC geram benefícios concretos à sociedade, contribuindo para o uso mais eficiente dos recursos públicos, a melhoria da gestão e o avanço das metas de universalização do saneamento.



EIXO 1

JUSTIÇA, LIBERDADE E SEGURANÇA: A ESSENCIALIDADE DOS TRIBUNAIS DE CONTAS



Paulo Gonet inaugura o IV CITC reafirmando a segurança jurídica como pilar da democracia e da atuação responsável dos Tribunais de Contas.

A primeira palestra do IV Congresso Internacional dos Tribunais de Contas abriu, ainda antes da cerimônia oficial, um debate de fôlego sobre o papel dos Tribunais de Contas na vida democrática do país. Coube ao procurador-geral da República, Paulo Gonet, situar o tema em um terreno mais amplo: o da segurança jurídica como base para a confiança entre Estado e sociedade. “Os recursos públicos pertencem a cada um de nós”, afirmou, ao destacar que o controle externo exercido pelos TCs é parte essencial do Estado Democrático de Direito.

Ao longo da fala, Gonet defendeu que a atividade dos Tribunais de Contas não se limita à verificação de legalidade e economicidade. Ela deve se articular ainda com a preservação de expectativas legítimas dos cidadãos, ou seja, com a segurança jurídica. Trata-se de um valor fundamental que permite que pessoas e instituições organizem suas vidas e decisões com previsibilidade.

Gonet recorre à filosofia política e remete à expressão latina *sine cura*, literalmente, “sem aflição”, para ilustrar o que considera a vocação primeira da lei: oferecer tranquilidade e previsibilidade ao cidadão. A clareza normativa, afirma, é o que torna possível a segurança jurídica que sustenta a vida social.

O procurador-geral reforça que a segurança jurídica não é sinônimo de imobilismo.

“Sociedades se transformam, leis amadurecem e governos se alternam.”

O risco, afirma, surge quando mudanças normativas rompem de maneira inesperada compromissos assumidos pelo próprio Estado, criando instabilidade e tornando impossível tomar decisões responsáveis no presente.

Governos, alerta, não podem legislar de forma contraditória a ponto de frustrar investimentos feitos com base no ordenamento vigente. É justamente nesse cenário que os Tribunais de Contas assumem uma função decisiva: avaliar atos administrativos e políticas públicas considerando não apenas a legalidade formal, mas também a proteção da confiança legítima do cidadão.

A relevância dos Tribunais de Contas na República depende também da capacidade dessas instituições de aplicar o direito com clareza, coerência e senso de responsabilidade. “A interpretação não pode ser arbitrária, como no diálogo entre Alice e Humpty Dumpty, de Lewis Carroll”, afirmou, evocando a célebre passagem da obra *Alice Através do Espelho*, em que o personagem trata as palavras como entidades maleáveis, moldadas ao sabor da própria conveniência. No universo de Carroll, Humpty Dumpty faz do vocabulário um instrumento de poder: dobra significados, rearranja sentidos e inaugura versões particulares do real.

Gonet nos lembra que o Direito não pode admitir esse tipo de fluidez caprichosa e exige, em sua essência, significados compartilhados e estáveis. No Estado Democrático de Direito, as palavras têm significados compartilhados, e é desse compromisso com a previsibilidade que nasce a segurança jurídica. Uma garantia que constitui cláusula pétrea da Constituição e condição para que liberdade, justiça e estabilidade convivam em equilíbrio.

CDIC

REALIZAÇÃO

TCE-SC
O Tribunal da
Governança
Pública
Catarinense

70
ANOS
1955-2025

to
rbosa
os Tribunais de Contas



PATROCÍNIO



AB
Agência Brasileira
Desenvolvimento Indu





REFORMA TRIBUTÁRIA EM FOCO: SIMPLIFICAÇÃO, IMPACTOS LOCAIS E O NOVO MODELO DE COORDENAÇÃO

Da arquitetura do IVA à governança do IBS, o IV CITC aprofundou os impactos, riscos e oportunidades que moldarão a transição para o novo sistema tributário.

A Reforma Tributária ocupou o centro dos debates no primeiro dia do IV Congresso Internacional dos Tribunais de Contas, reunindo especialistas que analisaram, sob diferentes ângulos, as transformações institucionais, fiscais e federativas que acompanharão a implementação do novo sistema. Em um conjunto de discussões complementares, palestrantes destacaram desde os objetivos estruturais da reforma até seus efeitos diretos sobre municípios e o papel estratégico do futuro Comitê Gestor do Imposto sobre Bens e Serviços.

O conselheiro-substituto Dicler Forestieri Ferreira (TCMRio), integrante do Grupo de Trabalho dos Tribunais de Contas sobre a Reforma, apresentou o panorama geral da proposta em análise no Congresso Nacional.

Logo na abertura, Ferreira apresentou uma visão panorâmica das mudanças em curso. Ele lembrou que o sistema atual, baseado em normas de 1966, tornou-se complexo, desigual e pouco transparente. Segundo ele, a Reforma busca corrigir distorções históricas, reduzir litígios e aproximar o modelo brasileiro das boas práticas internacionais.

O palestrante detalhou a criação do Imposto sobre Valor Agregado, o IVA brasileiro, composto pelo Imposto sobre Bens e Serviços (que substituirá ICMS e ISS) e pela Contribuição sobre Bens e Serviços (no lugar de PIS e COFINS).

Entre os avanços mencionados estão:



Maior transparência nas notas fiscais;



Cashback para famílias de baixa renda;



Cobrança progressiva do Imposto sobre Transmissão Causa Mortis e Doação (ITCMD);



Atualização do IPTU via decreto com base em critérios objetivos;



Inclusão de aeronaves e embarcações no IPVA, medida que fortalece a justiça fiscal.

A mediação do painel ficou a cargo do presidente do Tribunal de Contas do Espírito Santo (TCE/ES), conselheiro Domingos Augusto Taufner, que destacou as novas atribuições das cortes de contas diante da reforma.

“A reforma não é apenas sobre consumo. Ela muda a forma como o Estado se organiza para financiar políticas públicas e exige cooperação entre todos os entes.”

Domingos Augusto Taufner,
Presidente do TCE-ES



COMITÊ GESTOR DO IBS: UM NOVO PARADIGMA DE COORDENAÇÃO

Ainda na terça-feira (2/12), o IV Congresso Internacional dos Tribunais de Contas voltou-se para um dos pontos estruturantes da Reforma Tributária: o novo modelo de cooperação entre estados e municípios na fiscalização do Imposto sobre Bens e Serviços (IBS). O tema foi apresentado pelo auditor fiscal José Alberto Oliveira Macedo, da Secretaria Municipal da Fazenda de São Paulo, em palestra mediada por Milene Dias da Cunha, conselheira-substituta do TCE-PA e presidente da Audicon.

Macedo explicou que a criação do IBS exige um novo padrão de coordenação nacional, já que as operações tributadas não se restringem à fronteira de cada ente federativo. Ele reforçou que o Comitê não fiscaliza nem cobra tributos. “Quem fiscaliza continua sendo os auditores fiscais e procuradores de estados e municípios”, disse. Sua responsabilidade será definir padrões, harmonizar procedimentos e centralizar informações, criando uma estrutura inédita de governança fiscal.

Com base no PLP 108/2024, detalhou a repartição de competências: estados, municípios e o Distrito Federal manterão

autonomia plena para fiscalizar contribuintes locais e atuar em outras jurisdições em casos específicos, sempre com registro no sistema eletrônico unificado.

A evolução tecnológica também está no centro do modelo. A apuração assistida, baseada na nota fiscal eletrônica e na consolidação automática de dados, reduzirá erros e conflitos ao permitir que o contribuinte acompanhe sua movimentação

Ao comentar o novo desenho institucional, Milene Dias da Cunha ressaltou que o Comitê Gestor emerge como peça central da governança do IBS. Para ela, a reestruturação das administrações tributárias será determinante para garantir a efetividade do modelo, especialmente diante do aumento da complexidade operacional e da necessidade de cooperação entre entes.

“O Comitê Gestor do IBS fornece a governança, enquanto a administração tributária fica com a execução. É o coração desse novo desenho da reforma tributária.”

Milene Dias da Cunha

Conselheira-substituta do TCE-PA e presidente da Audicon



IMPACTOS MUNICIPAIS: RISCOS, DESIGUALDADES E CAMINHOS POSSÍVEIS

Se o desenho geral da reforma projeta um novo arranjo federativo, seus efeitos mais imediatos recaem sobre os municípios. Esse foi o foco da apresentação do advogado e economista William Pereira, sócio da AED Consulting, que analisou riscos, desigualdades e possíveis caminhos para fortalecer a resiliência fiscal local. A sessão foi mediada pela auditora Christiane Mariz Maia Pessoa Vicente (TCE-PB).

Com base em estudo detalhado, William chamou atenção para quatro dimensões: vetores da mudança, diagnóstico territorial, vulnerabilidades de governança e mecanismos de mitigação.

A unificação tributária, que transfere o ISS para o IBS municipal e extingue o IPI, com ajustes previstos pela LC 214/2025, inaugura uma nova arquitetura de financiamento local. O ano de 2026, explicou, será deter-

minante, já que definirá a receita média que calibrará o espaço de cada município dentro do novo sistema. Municípios que não aprimorarem sua arrecadação até lá, podem perder participação futura.

Um dos pontos mais sensíveis é a mudança de lógica distributiva no IBS estadual: o critério populacional passa a representar 80% do peso na repartição, enquanto o valor agregado perde protagonismo. O impacto será imediato para cidades industriais, de energia ou mineração que possuem baixa densidade populacional.

Para o economista, não se trata apenas de fluxo de recursos, mas de governança. A transição demandará padronização de sistemas, fortalecimento da capacidade de arrecadação e investimentos urgentes em tecnologia. Nesse processo, os Tribunais de Contas terão de priorizar diagnósticos consistentes, orientar gestores e manter transparência para evitar descompassos entre arrecadação e prestação de serviços.

Por fim, William apresentou caminhos possíveis. Para os municípios, o foco deve recair sobre a modernização da gestão tributária, o combate à sonegação, a revisão de contenciosos e a criação de condições para atrair e reter população. Educação e meio ambiente também aparecem como áreas estratégicas para fortalecer a resiliência fiscal. Para os Tribunais de Contas, o roteiro envolve acompanhar de perto a transição, cruzar bases públicas, reconstruir indicadores para identificar fragilidades reais e ampliar a orientação aos gestores.

EIXO 1



ICA, DEMOCRACIA
TICAS PÚBLICAS

**CONTROLE
EXTERNO E
DEMOCRACIA
NO CORAÇÃO DA
REPÚBLICA**



Especialistas analisam o papel dos Tribunais de Contas na proteção das finanças públicas e na consolidação de uma democracia estável e efetiva.

A centralidade do controle externo para a vitalidade das instituições brasileiras foi o foco do debate do painel República, Democracia e Políticas Públicas, do IV Congresso Internacional dos Tribunais de Contas. Mediado pela presidente do TCE-SE, Susana Maria Fontes Azevedo Freitas, o encontro reuniu o ministro do TCU, Antonio Anastasia, e o presidente eleito da Corte Interamericana de Direitos Humanos, Rodrigo Murovitsch, em uma conversa marcada pelo rigor técnico e defesa firme dos valores democráticos.

Ao abrir o debate, a conselheira Susana destacou o papel dos Tribunais de Contas na promoção de um Estado mais justo e igualitário. Citou avanços recentes nas políticas sociais e dados que mostram queda expressiva nos índices de pobreza no país. “Políticas públicas bem estruturadas, aliadas à ampliação da renda e a programas sociais, podem transformar vidas em larga escala”, afirmou, reforçando a necessidade de coordenação institucional e compromisso republicano para a promoção da dignidade e dos direitos.

A partir da jurisprudência da Corte Interamericana, Rodrigo Murovitsch defendeu que a transparência, a probidade e a responsabilidade na gestão pública são condições para que a democracia seja efetiva. “A realização da democracia pressupõe fiscalização ativa, abertura ao controle e prestação de contas”, afirmou. Ele também ressaltou que a garantia de direitos humanos depende da boa gestão

dos recursos públicos, o que exige Tribunais de Contas autônomos, protegidos de pressões indevidas e capazes de exercer sua função com independência.

Em seguida, o ministro Antonio Anastasia reforçou essa perspectiva, aproximando o tema da história republicana brasileira. Lembrou que o TCU foi “a primeira instituição típica da República”, criada justamente para assegurar a correta aplicação dos recursos do Estado. Com sua oratória característica, falou da “relação visceral, umbilical e fortíssima” entre controle externo, eficiência administrativa e estabilidade democrática.

“Não há remédio mais adequado para o fortalecimento da democracia do que o robustecimento do poder público enquanto prestador eficiente de serviços públicos”,

afirmou. E completou: a boa gestão em áreas como educação, saúde, segurança e infraestrutura é decisiva para afastar riscos de descrédito e preservar a legitimidade dos governos.

Encerrando o painel, os palestrantes convergiram em um ponto essencial: a democracia depende de instituições sólidas, transparentes e eficientes. E, nesse movimento, o sistema de controle externo ocupa posição estratégica como guardião das finanças públicas, promotor de confiança social e pilar da continuidade republicana.



CONEXÕES QUE AMPLIAM HORIZONTES NO CITC

Oficinas e atividades paralelas fortaleceram a troca técnica e a articulação institucional durante o IV CITC.

Além da programação principal, o IV Congresso Internacional dos Tribunais de Contas contou com uma agenda intensa de oficinas e atividades paralelas, que ampliaram o espaço de diálogo técnico, troca de experiências e articulação institucional entre os órgãos de controle. Distribuídas ao longo dos três dias de evento, essas atividades reuniram redes, comitês, comissões e especialistas em encontros temáticos que aprofundaram debates estratégicos e fortaleceram a atuação integrada do sistema de controle externo.

1/12 – Abertura das agendas técnicas



Reunião do Grupo de Trabalho de Inteligência Artificial e Inovação da Rede SGG

O Grupo de Trabalho do Projeto de Inteligência Artificial da Atricon e Inovação da Rede SGG reuniu-se para debater a minuta da Recomendação sobre Uso e Desenvolvimento da Inteligência Artificial Generativa no sistema de controle externo. A proposta, elaborada a pedido da direção da Atricon, teve como referência a Resolução CNJ nº 615/2025, marco normativo sobre o tema no país. O encontro coletou contribuições técnicas da Rede STI, debates presenciais e sugestões enca-

minhadas por questionário aberto, que serão consolidadas em relatório a ser submetido ao vice-presidente de Tecnologia e Inovação da Atricon, conselheiro Ricardo Torres, para subsidiar a primeira versão da recomendação.

2/12 – Redes, comitês e oficinas



Reunião do Comitê Técnico das Corregedorias, Ouvidorias, Controles Interno e Social do IRB

O Comitê Técnico das Corregedorias, Ouvidorias e Controles Interno e Social do IRB apresentou o Relatório de Atividades de 2025, definiu o planejamento para 2026 e iniciou a organização do Encontro Nacional de Corregedorias, Controles Internos e Ouvidorias

dos Tribunais de Contas do Brasil (ENCCO) 2026. Em 2025, a Corregedoria priorizou ações preventivas e tecnológicas, com destaque para o Corregedoria Day sobre Saúde Mental e a conclusão de três grupos de trabalho. Os Controles Internos avançaram em práticas de governança e monitoramento, enquanto a Ouvidoria fortaleceu o controle social com a realização do Ouvidoria Day e a produção de Nota Técnica sobre participação cidadã. Para o próximo ciclo, os grupos de trabalho tratarão de ética, integridade, gestão de prazos, padronização mínima, critérios do MMD-TC e modelo IA-CM.



Reunião do Comitê Técnico de Meio Ambiente e Sustentabilidade do IRB

A reunião do Comitê destacou a celebração do termo de cooperação com o Ministério do Meio Ambiente para o fortalecimento do programa Adapta Cidades e o avanço da agenda climática no controle externo. Também foi lançada a Nota Recomendatória Conjunta nº 01/2025 (IRB, Atricon, Ampcon e Audicon), orientando os Tribunais de Contas a induzirem políticas públicas de adaptação climática por meio de auditorias estruturantes e processos de fiscalização, com foco na proteção dos grupos mais vulneráveis frente à intensificação dos eventos extremos.



Assembleia Geral da Audicon

A Assembleia Geral da Audicon reuniu ministros e conselheiros substitutos de todo o país para apresentação das ações concluídas do plano de gestão, prestação de contas e atualização do diagnóstico do regime jurídico da categoria. O encontro aprovou a reforma do Estatuto, modernizando suas diretrizes e criando a Vice-Presidência Político-Institucional e uma seção voltada ao fomento do controle e da governança. Também foi eleita a Diretoria para o biênio 2026–2027, com a recondução da conselheira substituta Milene Cunha à Presidência da Associação.



Reunião da Rede de Governança da Atricon e do Comitê Técnico de Governança do IRB

A Rede de Secretários de Governança e Gestão (SGG) realizou reunião conjunta com o Comitê Técnico de Governança do IRB, reforçando seu papel como fórum estratégico de articulação institucional. A programação incluiu a apresentação do Sistema de Integridade do TCE-AM, debates sobre elementos

essenciais da integridade pública e a exposição dos resultados iniciais de pesquisa acadêmica que subsidiará o aprimoramento do MMD-TC. O encontro reafirmou a integração entre pesquisa, prática institucional e diretrizes para o fortalecimento da gestão nos Tribunais de Contas.



Oficina de Cidades e Comunidades Inteligentes, Sustentáveis e Resilientes

A oficina reuniu auditores e representantes do controle externo para debater o papel dos Tribunais de Contas na fiscalização de políticas públicas urbanas diante das mudanças climáticas. A programação incluiu palestra técnica e a apresentação de boas práticas desenvolvidas pelos Tribunais, além de debates sobre atuação preventiva e indução de políticas sustentáveis. A atividade reafirmou o papel estratégico do controle externo na construção de cidades mais resilientes, inteligentes e inclusivas.



Encontro Técnico da Rede InfoContas

O Encontro Técnico da Rede InfoContas promoveu o compartilhamento de práticas,

metodologias e instrumentos voltados à inteligência do controle externo. A programação incluiu exposições das Unidades de Informações Estratégicas, resultados de grupos de trabalho e diálogo com parceiros institucionais, com foco em soluções baseadas em dados, uso de inteligência artificial e integração interinstitucional. As contribuições subsidiarão o Plano de Ação 2025–2026 da Rede.



Reunião da ANTC

O Conselho de Representantes da Associação Nacional dos Auditores de Controle Externo dos Tribunais de Contas do Brasil (ANTC) realizou balanço das atividades e debateu estratégias para o fortalecimento da governança da auditoria de controle externo. Foram discutidos temas como o Marco de Medição de Desempenho, o diagnóstico nacional da função de auditoria, a fiscalização de emendas parlamentares e a atuação institucional em pautas de interesse no Congresso Nacional, reafirmando o compromisso com um controle externo técnico, independente e alinhado às melhores práticas.



Reunião do Comitê Técnico de Jurisprudência, Súmula e Processo do IRB

O Comitê apresentou o balanço da gestão, destacando avanços na harmonização de entendimentos, no fortalecimento da jurisprudência e na integração entre os Tribunais de Contas. Foram ressaltados os diagnósticos setoriais, a produção de materiais orientativos, o mapeamento de sistemas e bases de dados e os avanços na modernização tecnológica. O encontro reforçou a produção técnico-jurisprudencial e a articulação institucional.



Reunião do Comitê Técnico da Primeira Infância do IRB

A reunião apresentou os resultados da auditoria operacional sobre visitas domiciliares na Primeira Infância e debateu a elaboração de Nota Recomendatória conjunta IRB/Atricon para orientar as Cortes de Contas. Também foram discutidas ações de monitoramento e disseminação de boas práticas, além do planejamento das atividades futuras voltadas à proteção e ao desenvolvimento integral na primeira infância.



Reunião da Rede de Secretários de Comunicação dos Tribunais de Contas (Rede Secom)

A Rede Secom apresentou o desempenho dos Tribunais de Contas nas redes sociais e debateu estratégias de divulgação de conteúdo para o próximo ciclo. A segunda reunião presencial do ano contou com a presença do coordenador da Rede e vice-presidente Executivo da Atricon, conselheiro Joaquim de Castro (TCM-GO). O encontro reforçou a importância de ações coordenadas e de maior integração com outras redes temáticas, com foco em planejamento estratégico, alinhamento institucional e ampliação do alcance da comunicação pública.



Reunião da Comissão do Projeto Obras Públicas e Infraestrutura da Atricon

A comissão apresentou propostas de trabalho e aprovou o planejamento das ações para o biênio 2026–2027, com foco no aprimoramento do controle externo de obras públicas e infraestrutura. As iniciativas buscam fortalecer metodologias, induzir boas práticas e qualificar a fiscalização, e serão submetidas à aprovação da Atricon no início do próximo ciclo.



Reunião Técnica do Comitê de Gestão de Pessoas do IRB

O Comitê Técnico de Gestão de Pessoas apresentou o relatório das atividades de 2025 e o planejamento para 2026, com destaque para diretrizes sobre saúde mental e etarismo. A reunião reforçou a atuação integrada com os Comitês de Corregedorias, Ouvidorias e Controle Interno e o compromisso com a disseminação de boas práticas de gestão de pessoas nos Tribunais de Contas.



Reunião do Comitê Técnico de Acessibilidade e Inclusão do IRB

O Comitê apresentou o balanço das atividades e das boas práticas voltadas à promoção da inclusão no controle externo. A atuação concentrou-se em normatização, fiscalização e cultura organizacional, com destaque para auditorias em educação inclusiva, obras públicas e acessibilidade digital. Para o próximo ciclo, o Comitê planeja ampliar ações itinerantes e acadêmicas, reafirmando a inclusão como pilar da governança pública.



Reunião da Comissão de Prevenção e Combate à Corrupção

A Comissão tratou da transição para o novo Comitê Nacional de Coordenação do PNPC, conforme a Resolução Atricon nº 003/2025, e definiu diretrizes para a integração das ações dos Tribunais de Contas. Foram estabelecidas prioridades para 2026, como atualização de boas práticas, capacitações, padronização de relatórios e aprimoramento das ferramentas do programa.



Reunião da Comissão do Projeto Consensualismo – Atricon

A comissão apresentou os resultados do trabalho que levou à criação da Rede Nacional de Consenso, voltada ao fortalecimento do diálogo, da cooperação interinstitucional e da construção de soluções consensuais. A iniciativa contribui para a modernização das práticas de controle, o aprimoramento da governança pública e o enfrentamento de desafios complexos que exigem inovação e articulação institucional.



Segurança Pública em Foco: Experiências em Fiscalizações na Política de Segurança Pública

O encontro reuniu estudos, diagnósticos e auditorias desenvolvidas por diferentes Tribunais de Contas no campo da segurança pública, promovendo o intercâmbio técnico e o fortalecimento do controle externo colaborativo. A atividade reforçou a importância da consolidação de um espaço permanente de diálogo especializado e a disseminação de conhecimento técnico qualificado.



Reunião do Comitê Técnico de Estudos e Sistematização da Administração Pública do IRB

O Comitê apresentou a retrospectiva das principais ações de 2025, incluindo a consolidação da Rede AudiContratações, a execução do plano de ação com grupos temáticos e a definição de prioridades para 2026. Entre os destaques, estão a produção de artigo técnico sobre controle externo e a definição da Reforma da Administração Pública como tema central para as próximas atividades.



Reunião Técnica das Procuradorias, Consultorias e Assessorias Jurídicas dos Tribunais de Contas

A reunião promoveu diálogo qualificado sobre a articulação institucional das unidades jurídicas dos Tribunais de Contas e discutiu a necessidade de cooperação permanente entre as Cortes. O encontro resultou na proposta de criação de uma Rede Jurídica Nacional, voltada ao compartilhamento de precedentes, coordenação de teses e atuação conjunta em temas estratégicos.



Oficina de Participação e Controle Social

A oficina debateu indicadores, dados abertos e experiências de controle social na administração pública, com a apresentação de boas práticas selecionadas entre iniciativas de diferentes Tribunais de Contas. A atividade evidenciou a importância da participação cidadã no sistema de controle externo e a necessidade de fortalecer a troca de experiências e a indução de políticas públicas mais responsivas.

3/12: Deliberações, oficinas e agendas estratégicas



Reunião da Rede Integrar

A Rede Integrar apresentou o balanço das ações realizadas e avançou na organização do próximo ciclo de trabalho. Foram destacados os resultados alcançados, as propostas para o plano de ações e as mudanças na governança, com a criação de novos comitês. A reunião reforçou o papel da Rede na articulação federativa e na integração das ações dos Tribunais de Contas.



Reunião da Rede de Secretários de Tecnologia da Informação

A Rede STI avançou na consolidação de iniciativas voltadas à inovação tecnológica no sistema de controle externo. Entre os destaques, esteve o lançamento do site da Rede e a apresentação do Catálogo de Soluções de IA Generativa. Também foram discutidos projetos estruturantes, encontros nacionais e o uso de dados abertos para qualificar as fiscalizações.



Comissão do Projeto Previdência do Servidor Público

A comissão aprovou o plano de trabalho para o próximo ciclo, com foco em capacitações, produção técnica e cooperação institucional. Houve o lançamento de publicação temática e a formalização de parceria para o desenvolvimento de ferramentas nacionais de monitoramento dos regimes próprios de previdência, reforçando a atuação integrada dos Tribunais.



Oficina de Meio Ambiente e Desafio Climático

A oficina reuniu auditores e especialistas para debater os desafios da fiscalização ambiental e da gestão climática. Foram apresentadas boas práticas que evidenciam o papel do controle externo na indução de políticas públicas mais eficazes, com foco em transparência, adaptação e sustentabilidade.



Oficina de Equidade Racial na Administração Pública

A atividade promoveu reflexões sobre o racismo institucional e as políticas públicas de equidade racial. Experiências dos Tribunais de Contas demonstraram avanços na fiscalização, na produção de dados e na formulação de diretrizes voltadas à promoção da igualdade racial no setor público.



Oficina de Educação

A oficina discutiu novas abordagens para a avaliação das políticas educacionais, reunindo experiências que integram inovação, uso de dados e controle social. As boas práticas apresentadas reforçaram o compromisso dos Tribunais com o direito à educação e com a melhoria da qualidade do ensino.



Encontro das Assessorias Militares e Segurança Institucional

O encontro fortaleceu o diálogo entre as áreas de segurança institucional dos Tribunais de Contas, promovendo o compartilhamento de experiências e o alinhamento de estratégias. A iniciativa apontou para a consolidação de uma rede nacional integrada, voltada à prevenção e à proteção institucional.



Assembleia Geral da Atricon

A Assembleia consolidou decisões estratégicas para o fortalecimento do sistema de controle externo. O encontro reafirmou diretrizes institucionais e a atuação integrada dos Tribunais de Contas, com a recondução da Presidência e o compromisso com governança, transparência e cooperação.



Reunião do Comitê de Auditoria

O Comitê apresentou avanços na adaptação das normas brasileiras de auditoria ao contexto dos Tribunais de Contas. Foram lançadas novas normas e publicações, reforçando a padronização, a qualidade e a cooperação técnica como pilares da auditoria no setor público.



Oficina de Saúde

A oficina debateu os desafios da fiscalização da contratualização na saúde, com foco nas Organizações Sociais. As boas práticas apresentadas evidenciaram a necessidade de padronização, integração de dados e coordenação nacional para fortalecer a fiscalização das políticas de saúde.



Comitê Técnico de Concessões, PPPs e Privatizações

A reunião abordou temas técnicos ligados à estruturação e fiscalização de concessões e parcerias, além de apresentar o balanço das atividades do ciclo anterior. Foram definidos encaminhamentos para a agenda futura e para a continuidade dos encontros técnicos especializados.



Comitê Técnico de Segurança Pública

A reunião destacou ações estruturantes de 2025, como a auditoria coordenada do SINESP, o ACT com o FBSP, a Nota Recomendatória sobre Segurança Institucional e a proposta de incluir temas de segurança no IEGM, reforçando o papel do Comitê na capacitação e na articulação federativa. Um ponto central foi a apresentação da Matriz de Planejamento da Auditoria Operacional na Governança dos Recursos do FNSP, com detalhamento de objetivos, escopo, metodologia e cronograma da fiscalização nacional, resultado de trabalho conjunto entre Tribunais. Para 2026, estão previstas a ampliação de parcerias, capacitações e auditorias coordenadas para fortalecer o controle da Política de Segurança Pública.



Reunião da Ampcon

O encontro da Associação Nacional do Ministério Público de Contas consolidou diretrizes para uma atuação institucional integrada, com foco na defesa do controle externo e da segurança jurídica. Durante a sessão, os membros discutiram mecanismos para fortalecer a atuação estratégica do Ministério Público de Contas, garantindo que as discussões em nível nacional reflitam uma postura institucional coesa.



Comissão do Projeto Código de Processo de Controle Externo

O projeto avançou na harmonização de procedimentos e na padronização das práticas de controle. A iniciativa reforça a eficiência, a transparência e a segurança jurídica, preservando a autonomia dos Tribunais de Contas.



Comitê Técnico de Saúde do IRB e da Atricon

A reunião destacou inovações na fiscalização da saúde pública, com o lançamento de ferramentas, capacitações e parcerias estratégicas. A agenda reforçou o uso de tecnologia, dados e cooperação institucional para qualificar o controle das políticas de saúde. Entre os destaques, foi apresentada a ferramenta de análise dos Planos Municipais de Saúde, desenvolvida pelo TCE-ES e ampliada para uso nacional. O TCU divulgou a capacitação em Saúde Digital para 2026, preparatória para auditoria coordenada em 2027.



Reunião da Ação 4 da Rede Integrar

O encontro apresentou os resultados das auditorias-piloto em contratações públicas e avaliou a aplicação do Manual de Auditoria. Os encaminhamentos consolidaram a incorporação das ações ao planejamento nacional da Rede AudiContratações. Para continuidade dos trabalhos em 2026 foi definida a incorporação da equipe no Grupo de Trabalho "R5" da Rede AudiContratações.



Reunião da Rede AudiContratações

A Rede apresentou diagnósticos, produtos técnicos e publicações que fortalecem as auditorias em compras públicas. Os trabalhos reforçaram o uso das Normas Brasileiras de Auditoria do Setor Público (NBASP), a transparência e o enfoque em best value nas contratações.



Oficina de Equidade de Gênero na Administração Pública

A oficina organizada pelo Grupo de Trabalho de Igualdade de Gênero da Atricon promoveu o debate sobre a sub-representação feminina nos espaços de poder e apresentou boas práticas voltadas ao controle sensível a gênero. A conferência central proferida pela Profa. Dra. Miriam Pillar Grossi abordou contexto das desigualdades de gênero, com ênfase nos processos históricos de exclusão das mulheres da esfera pública. Foram apresentadas ainda cinco boas práticas institucionais: Estratégias de controle externo sensível a gênero, raça e etnia (TCE Acre); o Painel de Despesas Municipais Sensíveis a Gênero (TCMSP); a Auditoria Operacional

sobre políticas de enfrentamento à violência contra a mulher (TCE - MT); o podcast institucional "Mulheres no Controle" (TC - DF); e a implantação da metodologia do Selo PNUD de Igualdade de Gênero (TCU).



Estande da ANTC

A Associação Nacional dos Auditores de Controle Externo dos Tribunais de Contas do Brasil (ANTC) manteve estande institucional ao longo de toda a programação do IV CITC, consolidando o espaço como ambiente permanente de diálogo técnico e institucional. O local reuniu auditores de todos os estados, presidentes de Tribunais de Contas, conselheiros, procuradores de contas, representantes de entidades parceiras e convidados internacionais.

A troca de informações foi intensa, com debates sobre propostas voltadas à governança da função de auditoria, incluindo iniciativas relacionadas a uma Lei Orgânica Nacional da Auditoria de Controle Externo, alinhada à consolidação de padrões nacionais de simetria e atuação técnica. O café mineiro e os registros com fotos instantâneas completaram o ambiente de convivência e integração.

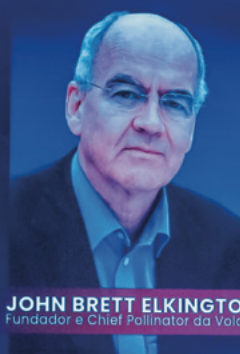


Assembleia Geral da Atricon

EIXO 3

TOMORROW'S CAPITALISM: TRENDS IN DEMOCRACY, GOVERNANCE & SUSTAINABILITY

*O Capitalismo do Amanhã: Tendências na
Democracia, Governança e Sustentabilidade*



JOHN BRETT ELKINGTON
Fundador e Chief Pollinator da Volcano Capital

**JOHN ELKINGTON NO IV CITC:
O FUTURO DAS ECONOMIAS
SERÁ REGENERATIVO**



Pioneiro global analisa riscos, tendências e o papel decisivo das instituições de controle na construção de novos paradigmas econômicos.

A palestra magna do IV Congresso Internacional dos Tribunais de Contas trouxe uma visão clara e instigante sobre os desafios deste início de século. O britânico John Elkington, referência mundial em sustentabilidade, apresentou um diagnóstico realista, porém profundamente esperançoso quanto ao futuro. Fundador e chief pollinator da Volans, reconhecido como o “pai da sustentabilidade”, Elkington criou o conceito do Tripé da Sustentabilidade (people, planet, profit) e é autor de 21 livros que influenciaram políticas e estratégias em todo o mundo.

Elkington reconhece a gravidade das atuais crises que se sobrepõem, as chamadas “polícrises”: ambientais, sociais, geopolíticas e tecnológicas. Mas fez questão de destacar que esse não é um cenário de fatalismo. “Não é o fim do mundo. É o fim de um modelo. E isso significa que um novo modelo está começando”, afirmou. Para ele, há movimentos concretos apontando para novas formas de desenvolvimento, capazes de equilibrar inovação, responsabilidade e bem-estar.

Se o conceito tradicional de sustentabilidade já não responde aos desafios contemporâneos, é preciso buscar novos meios. O passo necessário, argumenta o autor, é a regeneração: um modo de pensar que busca restabelecer ecossistemas, fortalecer comunidades e reconstruir relações econômicas sobre bases mais duradouras.

Elkington ressalta que transformações sistêmicas exigem instituições sólidas, alinhamento entre setores e mecanismos que favoreçam escolhas consistentes ao longo do tempo. Assim como previsibilidade jurídica é condição para que tomemos decisões com segurança, previsibilidade institucional é indispensável para que novos modelos econômicos floresçam. Em suas palavras, “o futuro não está dado, ele está sendo moldado agora, a partir das escolhas que fazemos”.

Esperança no futuro

Ao comentar os entraves da agenda sustentável, Elkington provocou reflexão: “Temos tantas regras, tantos padrões e certificações, que às vezes as pessoas não sabem mais por onde começar”, afirma, reconhecendo que parte dessas críticas é legítima e não neces-

sariamente negativa. “Sempre que um sistema se torna excessivamente complexo, ele começa a pedir renovação. É nesse momento que surgem oportunidades”, aponta.

Chamando atenção para a força de soluções que nascem entre pessoas comuns, lembrou sua visita recente à Amazônia, onde viu projetos que unem conhecimento tradicional, tecnologia e boa governança para regenerar florestas e fortalecer economias locais. Para ele, essas experiências mostram que a transição regenerativa já está em curso, e que o Brasil tem o potencial de liderar esse caminho.

Ao concluir, Elkington reforçou que a transição para economias regenerativas depende de instituições capazes de sustentar processos de longo prazo, e deixou um recado direto aos tribunais de contas. “Auditores, o papel de vocês é cada vez mais importante, pelo que vocês farão e pelo que já fazem”, afirmou. Seu otimismo é um convite à ação fundamentada e compartilhada, um chamado para que governos, sociedade e instituições assumam juntos a tarefa de construir futuros possíveis. John Elkington no IV CITC: O Futuro das Economias será Regenerativo. Pioneiro global analisa riscos, tendências e o papel decisivo das instituições de controle na construção de novos paradigmas econômicos.



4 PERGUNTAS PARA JOHN ELKINGTON

1 Qual a mudança mais urgente que governos e organizações precisam fazer hoje para avançar rumo a uma economia verdadeiramente regenerativa?

Antes de falarmos em regeneração, é preciso enfrentar a agenda da responsabilidade. A corrupção e o suborno encurtam horizontes e fazem as pessoas pensarem apenas no curto prazo. Uma economia regenerativa exige visão longa, e isso só é possível quando instituições e lideranças conseguem atuar sem esses bloqueios. No caso do Brasil, isso é ainda mais decisivo: vocês têm ativos naturais extraordinários, como a Amazônia. Mas regeneração não é só ecológica; envolve renovação econômica, social e política. E muitos países precisam disso urgentemente.

2 Como o senhor vê o papel das instituições de controle em uma agenda sustentável?

Elas são absolutamente centrais. Em períodos de grande disrupção, liderança é essencial, e o mesmo vale para quem fiscaliza e cobra responsabilidade dessas lideranças. Auditores, órgãos de controle, sociedade civil: todos têm uma função decisiva. Avaliar, questionar, exigir coerência. Quando é bem executado, esse trabalho fortalece toda a estrutura do Estado e abre espaço para transformações reais.

3 Depois de décadas ajudando a moldar a agenda global de sustentabilidade, o que ainda o motiva e o que lhe dá esperança?

Eu já nasci otimista. Pessoas como eu não conseguiriam trabalhar nesse campo se não acreditassem que o mundo pode melhorar. O que me dá esperança hoje é que as evidências se tornaram impossíveis de ignorar. Eventos climáticos extremos já fazem parte da nossa rotina. E até setores tradicionalmente conservadores, como o de seguros, estão finalmente reagindo. Além disso, os jovens entendem que este é o futuro deles. Eles sentem ansiedade, às vezes raiva, mas sabem que não podem esperar.

4 Para encerrar, que mensagem o senhor deixaria para líderes públicos brasileiros que precisam conciliar desenvolvimento, sustentabilidade e impacto de longo prazo?

O Brasil ainda tem uma oportunidade extraordinária de liderança global. Sua matriz energética, o agronegócio e os recursos naturais estão muito à frente de muitos países. Se conseguirem administrar isso com visão de futuro, o país pode se tornar referência mundial. Mas isso não pode ser feito apenas pelo governo, apenas pelo mercado ou apenas pela sociedade. É preciso um esforço conjunto.



CIDADES SUSTENTÁVEIS: O DESAFIO DO CONTROLE EM UM PAÍS CADA VEZ MAIS URBANO

Ao reunir perspectivas jurídicas, ambientais e institucionais, painel evidencia como o desenvolvimento urbano se relaciona com a atuação dos Tribunais de Contas.

O painel dedicado a cidades sustentáveis e infraestrutura urbana trouxe ao IV Congresso Internacional dos Tribunais de Contas uma discussão estratégica: como orientar políticas públicas capazes de responder às transformações ambientais, demográficas e institucionais que moldam o século XXI.

Na abertura, a conselheira do Tribunal de

Contas do Ceará, Soraia Thomaz Dias Victor, lembrou que o controle externo também se faz presente nos territórios onde a vida acontece. “As pessoas vivem nas cidades e precisam viver bem nelas”, afirmou, ao destacar que cabe aos Tribunais de Contas aferir se a gestão urbana está, de fato, alinhada a um desenvolvimento que considere pessoas, recursos e futuro.

A conselheira Elena Hernández Salguero, do Tribunal de Contas da Espanha, reforçou essa perspectiva ao discutir o controle da sustentabilidade ambiental nas contratações públicas. Para ela, a transição para políticas sustentáveis não é escolha contingente, mas imperativo de Estado. A contratação pública, observou, deixou de ser uma mera alocação de insumos para se converter em instrumento de investimento em políticas estratégicas.

Em um contexto de escassez, Elena defendeu maior integração entre setor público e iniciativa privada, lembrando que “ignorar o mercado inviabiliza políticas públicas sustentáveis”. A sustentabilidade, completou, é elemento de fortalecimento democrático, e sua implementação exige rigor institucional e visão de longo prazo.

O segundo eixo da discussão, apresentado pelo advogado e professor Marçal Justen Filho, voltou-se ao saneamento básico, um dos grandes desafios estruturais do país. Ao examinar o marco regulatório e o federalismo contratual, Marçal definiu o tema como uma “dívida social histórica”, exigirá investimentos de escala bilionária e cooperação efetiva

entre os entes federativos.

O modelo brasileiro, lembrou o professor, distribui competências legislativas e administrativas de maneira complexa, o que amplia a necessidade de consensualismo e clareza regulatória.

Fechando o painel, o pesquisador Marcos Silveira Buckeridge, da Universidade de São Paulo, ampliou o horizonte ao abordar o papel dos Tribunais de Contas na adaptação das cidades às mudanças climáticas. Embora evite o pessimismo, o biólogo foi direto ao expor a gravidade do cenário: emissões em alta, perdas florestais, desperdício de alimentos e modelos de ocupação que agravam alagamentos, ondas de calor e desigualdades.

Com 87% da população brasileira vivendo em áreas urbanas, Buckeridge defendeu que soluções baseadas na natureza e novos padrões de construção devem orientar a agenda pública. Municípios, afirmou, precisam de mais autonomia para enfrentar fenômenos locais, e os órgãos de controle podem contribuir ao qualificar o planejamento, exigir evidências e fortalecer ciclos virtuosos de políticas climáticas.





EIXO 3



GOVERNANÇA AMBIENTAL EM ALERTA DIANTE DA CRISE CLIMÁTICA

Especialistas defendem que ciência, governos e Tribunais de Contas atuem de forma integrada para garantir prevenção, justiça ambiental e proteção das futuras gerações.

O terceiro painel do IV Congresso Internacional dos Tribunais de Contas colocou a emergência climática no centro do debate institucional. Sob o tema Desafios da Governança Ambiental e a Contribuição dos Tribunais de Contas, especialistas e autoridades apresentaram diagnósticos contundentes sobre o avanço das mudanças climáticas e defenderam que ciência, governos e órgãos de controle atuem de forma coordenada para proteger vidas, territórios e futuras gerações.

A conselheira-substituta Daniela Zago (TCE-RS) abriu o painel afirmando que a crise ambiental redefine o papel dos Tribunais de Contas. Para ela, o controle externo precisa incorporar a defesa do futuro como premissa de atuação. **“Os Tribunais de Contas são órgãos vitais para a sobrevivência dos seres humanos e de outras espécies”**, afirmou, lembrando que tragédias recentes evidenciam a urgência de respostas institucionais mais firmes e capazes de enfrentar violações sistêmicas.

O climatologista Carlos Afonso Nobre apresentou uma síntese robusta da ciência climática global. Dados recentes mostram aceleração preocupante no aquecimento, na umidade atmosférica e nos eventos extremos. Ele destacou que 2024 foi o ano mais quente da história e que 2025 tende a repetir o recorde. Nobre também alertou para a proximidade dos biomas brasileiros do chamado ponto de não retorno, especialmente a Amazônia, o Cerrado, o Pantanal e a Caatinga. Entre as ações imediatas, defendeu zerar o desmatamento, restaurar florestas em grande escala e valorizar o conhecimento tradicional indígena.

A pesquisadora Karin Kassmayer, consultora do Senado Federal, reforçou que o controle externo tem papel estratégico na coerência e efetividade das políticas ambientais. Para ela, os Tribunais de Contas precisam avançar para além da verificação formal, incorporando métricas de desempenho, eficiência e impacto real. Kassmayer destacou que a justiça climática deve fazer parte da pauta institucional, considerando os efeitos desproporcionais da degradação sobre populações vulneráveis.

Encerrando o painel, o ambientalista e ex-deputado federal Fábio Feldmann destacou que, embora a ciência alerte há décadas, os efeitos agora são tangíveis e cada vez mais devastadores. “Somos a primeira geração a vivenciar diretamente a mudança. A margem para errar nunca foi tão pequena”, afirmou. Feldmann criticou a lentidão global na redução de combustíveis fósseis e defendeu coragem política para implementar as soluções já indicadas pelo conhecimento científico.

O debate convergiu para um ponto central: enfrentar a crise climática exige instituições capazes de articular ciência, fiscalização e políticas públicas de longo prazo. Nesse cenário, os Tribunais de Contas emergem como agentes indispensáveis para garantir transparência, planejamento e proteção das próximas gerações.

TRANSPARÊNCIA COMO POLÍTICA PÚBLICA: PNTP APRESENTA RESULTADOS 2025

IV CITC destaca avanços do Programa e a nova versão do Radar da Transparência

A entrega dos Selos de Transparência do Programa Nacional de Transparência Pública (PNTP) reuniu autoridades de todo o país e consolidou a iniciativa como referência nacional em abertura de dados e fortalecimento do controle social.

Em sua quarta edição, **o PNTP alcançou resultados inéditos**. As avaliações foram realizadas por equipes dos **33 Tribunais de Contas**, envolvendo servidores e controladores internos em uma operação de grande escala. O avanço foi expressivo: **2.912 portais certificados**, sendo 998 com Selo Diamante, 1.082 com Selo Ouro e 832 com Selo Prata.

Ao apresentar os resultados, o coordenador-geral do Programa, conselheiro Antônio Joaquim, destacou o impacto nacional da iniciativa.

“Cumprimos nosso dever ao oferecer ao cidadão uma ferramenta que fortalece o controle social. Nossa meta agora é alcançar 75% de portais certificados”, afirmou.

A cerimônia também reforçou o caráter federativo do PNTP. Presidentes de Tribunais e representantes estaduais receberam as certificações entregues por Edilson Silva (Atricon), Edilberto Pontes (IRB), Herneus de Nadal (TCE-SC), Luiz Antônio Guaraná (CNP-TC) e pelo próprio coordenador-geral. Para o presidente da Atricon, o resultado reflete uma mobilização contínua iniciada na gestão do conselheiro Cezar Miola, quando o PNTP foi concebido para traduzir a transparência pública em linguagem acessível ao cidadão.

A entrega dos Selos integrou a programação oficial do Congresso e reafirmou o PNTP como política pública estruturante, estimulando gestores a aprimorar seus portais e ampliando a cultura de abertura de dados no país.

Radar da Transparência: plataforma renovada amplia acesso a dados

A nova versão do Radar Nacional da Transparência Pública também foi apresentada

ao estande da Atricon. A plataforma, que reúne todos os resultados do PNTP desde 2022, ganhou navegação mais intuitiva, filtros detalhados, gráficos comparativos e histórico de evolução por ente federativo.

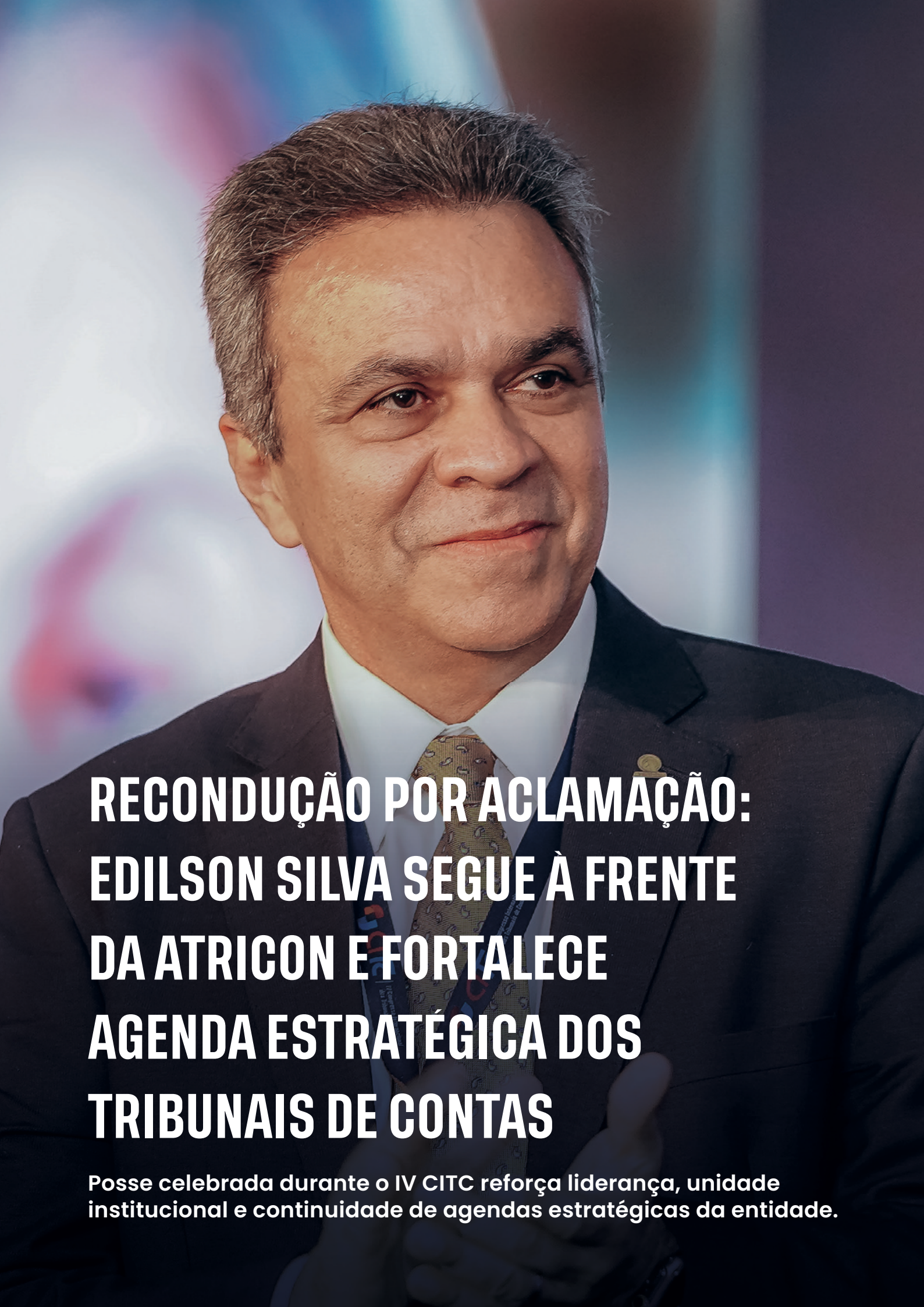
A demonstração foi conduzida pelo secretário-executivo do Programa, Volmar Júnior, e pelo assessor de tecnologia, Willian Gomes, ambos do TCE-MT. Eles apresentaram os dados mais recentes, que reforçam a tendência de avanço nacional: o índice médio de transparência ativa passou de 63,94% em 2024 para 66,60% em 2025.

“As melhorias mostram que os critérios do PNTP estão sendo incorporados. A transparência cresce substancialmente”, destacou Volmar.

Ao longo do evento, gestores, auditores e pesquisadores visitaram o estande para verificar a situação de seus estados e municípios e explorar as funcionalidades da nova ferramenta, que se consolida como referência para análises de políticas públicas.



Acesse os resultados completos do PNTP
radardatransparencia.atricon.org.br

A portrait of Edilson Silva, a middle-aged man with short, graying hair, wearing a dark suit, white shirt, and patterned tie. He is looking slightly to the right with a calm expression. The background is blurred with blue and white light streaks.

RECONDUÇÃO POR ACLAMAÇÃO: EDILSON SILVA SEGUE À FRENTE DA ATRICON E FORTALECE AGENDA ESTRATÉGICA DOS TRIBUNAIS DE CONTAS

Posse celebrada durante o IV CITC reforça liderança, unidade institucional e continuidade de agendas estratégicas da entidade.

A Assembleia Geral da Atricon reconduziu, por aclamação, o conselheiro Edilson Silva para a presidência da entidade no biênio 2026–2027. A eleição ocorreu em clima de celebração e compromisso institucional durante o IV Congresso Internacional dos Tribunais de Contas, em Florianópolis.

Em seu discurso, ele reforçou a centralidade do controle externo para o futuro do país. **“O Tribunal de Contas só cumpre sua missão quando contribui para que a administração pública entregue resultados melhores à sociedade. Esse continuará sendo o eixo da nossa atuação”**, afirmou.

A sessão também foi marcada por homenagens aos ex-presidentes da entidade –Valdecir Pascoal, Antônio Joaquim, Fábio Túlio e Cezar Miola –, reconhecidos por Edilson como pilares na construção institucional da Atricon. O presidente do Instituto Rui Barbosa, Edilberto Pontes, reforçou o elogio ao dirigente reeleito, ressaltando sua dedicação “inteira e incansável”, em referência a verso de Fernando Pessoa, recebendo aplausos de pé do plenário.

O conselheiro do TCE-SC, tribunal anfitrião, José Nei Alberton Ascari, classificou o encontro como um momento de consolidação institucional. Segundo ele, o ano termina com avanços relevantes para o controle externo. “Isso se deve muito ao trabalho da Atricon”, afirmou.

Destaques e resultados

O Relatório de Atividades da gestão, apresentado pela assessora Tânia Castro, sintetizou resultados em frentes como expansão das redes técnicas, fortalecimento da transparência pública, memória institucional e diálogo internacional alinhado à Agenda 2030. O documento foi aprovado por unanimidade.

A reunião celebrou a aprovação da PEC da Essencialidade em 2025, conquista estratégica para o fortalecimento do controle externo após anos de trabalho durante várias gestões. Temas relevantes como a auditoria conjunta do TCU no âmbito da Rede Integrar, a prestação de contas da Atricon e a pauta da igualdade de gênero também integraram a agenda.



**ACESSE O
RELATÓRIO
DE GESTÃO**

IRB ELEGE NOVA DIRETORIA: INALDO ARAÚJO ASSUME A PRESIDÊNCIA PARA O BIÊNIO 2026-2027

Cerimônia durante o IV CITC é marcada por apresentação de resultados e homenagens ao presidente Edilberto Pontes (2024-2025).

A Assembleia Geral do Instituto Rui Barbosa (IRB), realizada durante o IV Congresso Internacional dos Tribunais de Contas, marcou a posse da nova diretoria para o biênio 2026-2027. Eleito por unanimidade, o conselheiro Inaldo Araújo, do TCE-BA, assume a presidência do IRB com a missão de conduzir mais um ciclo de fortalecimento técnico, cooperação institucional e inovação no Sistema de Controle Externo.

O momento também foi de reconhecimento à gestão que se despede. O presidente da Atricon, Edilson Silva, prestou homenagem ao então presidente do IRB, Edilberto Pontes (2024-2025), destacando sua liderança firme, a ampliação do diálogo internacional e a consolidação do Instituto como referência técnica. A manifestação foi acompanhada de aplausos de pé, simbolizando o reconhecimento coletivo ao trabalho realizado.

A pauta da Assembleia também registrou entregas estruturantes alinhadas ao espírito técnico do IV CITC. Foram aprovadas duas Normas Brasileiras de Auditoria do Setor Público: a NBASP 140, que estabelece diretrizes de gestão da qualidade nos tribunais, e a



NBASP 4900, que orienta critérios de regularidade e legitimidade na Auditoria de Conformidade. Ambas reforçam o movimento de alinhamento do IRB aos padrões internacionais da INTOSAI.

A sessão também apresentou a plataforma Inteligência Territorial, conduzida pelo vice-presidente de Ensino, Pesquisa e Extensão, conselheiro Sebastião Helvecio. A ferramenta reunirá dados do novo Índice de Desenvolvimento Municipal, ampliando a capacidade dos Tribunais de Contas de acompanhar políticas públicas com maior precisão e enfoque regional.

Encerrando a programação, o presidente Edilberto Pontes destacou o papel do IRB como articulador de conhecimento, boas práticas e modernização no sistema de controle externo, marca que segue orientando a nova gestão empossada durante o IV CITC.

VIDEOCAST ATRICON REVOLUCIONA COBERTURA DO IV CITC

Cobertura uniu linguagem leve, informação qualificada durante os 4 dias de encontro em Florianópolis somando 24 horas de transmissões e mais de 70 convidados.

A comunicação do IV Congresso Internacional dos Tribunais de Contas ganhou um novo protagonismo com o lançamento do Videocast Atricon.

A iniciativa levou ao público, em tempo real, os bastidores, entrevistas, análises e a movimentação diária do evento em Florianópolis.

A transmissão contínua pelo YouTube, somando mais de 24 horas ao vivo, tornou-se a principal janela de acesso para quem acompanhava o encontro à distância.

Números que refletem a dimensão da cobertura:

31	ENTREVISTAS
45	CONVIDADOS
40	JORNALISTAS
04	DIAS DE COBERTURA AO VIVO
24	HORAS DE TRANSMISSÃO

Com linguagem acessível e ritmo ágil, o Videocast Atricon consolidou-se como um marco na cobertura institucional do Congresso.



**CONFIRA O VIDEOCAST
NO CANAL DA ATRICON
NO YOUTUBE**



EIXO 4



CESSO DE CONTROLE EXTERNO DIALÓGICO



MODELOS INTERNACIONAIS APONTAM NOVOS CAMINHOS PARA O CONTROLE EXTERNO

Especialistas da França, Portugal e Brasil analisam como práticas dialógicas vêm redefinindo o modelo de controle externo.

Sob o tema Processo de Controle Externo Dialógico, o quarto painel do IV Congresso Internacional dos Tribunais de Contas (CITC) reuniu representantes da França, Portugal e Brasil. O debate evidenciou que modelos estruturados de interação podem fortalecer a efetividade das auditorias e ampliar a legitimidade das instituições perante a sociedade.

O procurador francês Nicolas Groper apresentou a experiência da Cour des Comptes, marcada por forte independência jurisdicional e crescente abertura ao público. A Corte tem investido em plataformas digitais que permitem o envio de sugestões, denúncias e contribuições cidadãs, integrando esses insumos ao planejamento das auditorias.

Descrevendo a experiência portuguesa, o juiz conselheiro Paulo Jorge Nogueira da Costa apresentou o controle dialógico como uma evolução metodológica. A busca é por ampliar o impacto de suas auditorias por meio de interações qualificadas com gestores antes e durante a execução das políticas públicas. Ele

destacou, em especial, o papel da fiscalização prévia, que abre espaço para um diálogo técnico antes das contratações públicas e contribui para evitar prejuízos ao erário.

A professora associada da Fundação Getúlio Vargas (FGV) Juliana Bonacorsi de Palma analisou a expansão da consensualidade administrativa e como ela vem influenciando a atuação dos tribunais de contas no Brasil. Segundo ela, mecanismos como recomendações, mesas técnicas e acordos têm sido fundamentais para resolver controvérsias complexas de maneira mais eficiente. Bonacorsi defendeu a sistematização desses instrumentos e a criação de ferramentas especializadas que ofereçam maior previsibilidade aos gestores e maior capacidade de impacto às cortes de controle.

Encerrando o painel, o conselheiro Adircélio de Moraes Ferreira Júnior, moderador do painel, destacou que o diálogo estruturado, aliado à independência institucional, fortalece o controle externo e contribui para uma atuação mais orientada a resultados e ao interesse público.



EIXO 2



EQUILÍBRIO FISCAL E PACTO FEDERATIVO PAUTAM REFLEXÕES ESSENCIAIS PARA O FUTURO DAS CONTAS PÚBLICAS

Especialistas do Brasil e da Argentina discutiram desafios estruturais do pacto federativo e sustentabilidade das contas públicas.

O IV Congresso Internacional dos Tribunais de Contas (CITC) encerrou sua programação de painéis com um debate dedicado a um dos temas mais sensíveis do cenário atual: o equilíbrio fiscal entre os entes federativos. Conduzido pela vice-presidente do TCE-TO, conselheira Doris de Miranda Coutinho, o encontro destacou a urgência de compreender os desafios enfrentados por estados e municípios diante das restrições fiscais crescentes.

Ao abrir o encontro, Doris enfatizou que fortalecer o debate federativo é essencial para garantir políticas públicas sustentáveis e assegurar direitos. Segundo ela, a complexidade do momento exige análises qualificadas sobre repartição de receitas, responsabilidades constitucionais e mecanismos de financiamento capazes de dar previsibilidade à gestão pública.

O painel reuniu três especialistas que ofereceram leituras complementares sobre o tema. A Consultora do Instituto de Finanças Públicas Selene Péres Nunes apresentou um diagnóstico abrangente da situação fiscal brasileira, explicando a evolução dos gastos públicos, da carga tributária e do resultado

primário do governo central. Sua exposição destacou as pressões crescentes sobre o orçamento e a necessidade de ajustes que preservem serviços essenciais.

Na sequência, o professor Horacio Guillermo Aníbal Corti, da Universidade de Buenos Aires, trouxe a perspectiva da relação entre política fiscal e direitos fundamentais. Ele reforçou que áreas como saúde, educação, assistência e seguridade social não representam “escolhas discricionárias, mas obrigações constitucionais” que devem ser financiadas de maneira estável e equitativa.

Encerrando as apresentações, a procuradora do MPC-SP e professora da FGV, Élica Graziane Pinto, discutiu a tensão entre os entes federativos decorrente do art. 23 da Constituição e dos efeitos da Emenda Constitucional 128/2022. Ela apontou que a redução das receitas repartidas, somada ao repasse de responsabilidades sem recursos suficientes, tem aprofundado a fragilidade fiscal de estados e municípios e reduzido a capacidade da União de financiar políticas públicas de forma coordenada.



PRÊMIO COMUNICA CELEBRA A FORÇA DA COMUNICAÇÃO PÚBLICA

O estande da Atricon foi palco da celebração dos vencedores do Prêmio Comunica 2025, que reafirma o valor da comunicação pública e o fortalecimento do diálogo.

Os vencedores refletem a diversidade e a criatividade que hoje movem os TCs.

Em Redes Sociais, “Vozes que Humanizam” (TCE-RO) conquistou o primeiro lugar, seguido por “TCE Presente” (TCE-ES) e “Educação na Veia” (TCE-BA). Em Comunicação Interna, foi premiada a “Semana do Orgulho LGBTQIAPN+” (TCE-MG), além do “TCE Informa” (TCE-ES) e “Conectados pelo Servir” (TCE-RO), que completaram o pódio. Já em Ouvidorias, “Fiscalize em 1 Minuto” (TCE-TO) ficou em primeiro lugar, seguido por “Trilhas da Cidadania” (TCM-PA) e “Feira dos Municípios” (TCE-ES).

Conduzido por Daniela Pereira, diretora de

estratégia digital da FSB, o encontro reuniu conselheiros, equipes de comunicação e o especialista do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), Juan Carlos Lazo.

Ao revisitar a trajetória do prêmio, o conselheiro Cezar Miola destacou que a evolução da iniciativa, fortalecida pelo convênio com o BID, representa um marco para as assessorias dos Tribunais de Contas. “Qualificamos nossas equipes e ampliamos nossa capacidade de dialogar com a sociedade, e é isso que o prêmio representa”, afirmou.

O vice-presidente executivo da Atricon, Joaquim de Castro, ressaltou o engajamento coletivo, que agora conta com o reconhecimento de projetos das Ouvidorias dos TCs. “A chegada das ouvidorias amplia o alcance do projeto e reforça nosso compromisso com o cidadão.” Já o conselheiro Gilberto Jales lembrou o desafio inicial: “Queríamos que as ouvidorias estivessem presentes em todas as etapas, não só no prêmio, mas também nas capacitações. Elas são a porta de entrada da população.”

O presidente do IRB, Edilberto Pontes, destacou o efeito multiplicador da premiação ao incentivar o intercâmbio entre os Tribunais.

O presidente da Atricon, Edilson Silva, sintetizou o espírito do Comunica: “Este prêmio não é uma ação isolada. Ele nasce de uma política de governança que estruturou a Rede Secom e fortaleceu a comunicação pública em todo o Sistema”.

A celebração do Prêmio Comunica 2025 reforça a maturidade e a vitalidade da comunicação pública no Sistema de Tribunais de Contas. Cada projeto inscrito evidencia o compromisso das equipes em inovar, aproximar e dar voz ao cidadão, consolidando o papel estratégico dos TCs na promoção da transparência e do diálogo social.





EIXO 1



MINISTROS DO STF ENCERRAM O IV CITC COM ALERTAS SOBRE DEMOCRACIA, DIREITOS E RESPONSABILIDADE FISCAL

As mensagens que marcaram o encerramento do encontro e reforçaram o papel das instituições de controle na defesa da democracia e da gestão responsável.

O encerramento do IV Congresso Internacional dos Tribunais de Contas reuniu ministros do Supremo Tribunal Federal e lideranças do sistema de controle externo. O debate sintetizou os vetores centrais do encontro: proteção das bases democráticas, responsabilidade na gestão fiscal e enfrentamento das desigualdades que ainda estruturam o país.

Sob a condução do presidente da Atricon, Edilson Silva, a conferência final também marcou um momento de reconhecimento institucional. Os ministros Flávio Dino, André Mendonça e Cármen Lúcia receberam a Medalha Conselheiro Thiers Montebello, e os ministros Mendonça e Cármen

Lúcia foram homenageados com a Medalha da Associação dos Membros dos Tribunais de Contas do Brasil, distinção concedida a Dino na edição anterior.

Ao longo das falas, os três ministros convergiram em um ponto essencial: instituições sólidas dependem de previsibilidade, responsabilidade e compromisso contínuo com direitos e garantias.

Quando a liturgia democrática se torna proteção institucional

O ministro Flávio Dino abriu a sessão discutindo a expansão de condutas abusivas na vida pública e seus riscos para a democracia. Ao recorrer à referência clássica *senatus populusque romanus*, destacou que regimes democráticos dependem de fundamentos estáveis. São rituais, normas e processos que organizam o pertencimento coletivo e garantem pluralidade.

Para Dino, a confiança nas instituições funciona como elemento estruturante: quando presente, reduz custos, conflitos e instabilidades; quando ausente, amplia riscos e fragiliza o pacto democrático. Ele enfatizou que o trabalho dos órgãos de controle deve sempre buscar equilíbrio entre rigor e justiça, entre fiscalização e pedagogia institucional, entre independência e responsabilidade. “A democracia não vive só de coerção; ela demanda liturgia, consenso e confiança institucional”, disse.

O ministro também tratou do equilíbrio entre responsabilidade fiscal e responsabilidade social. Defendeu que renúncias e benefícios tributários precisam ser avaliados com transparência, sobretudo em um contexto em que a sociedade demonstra exaustão em relação a novos impostos. A tarefa dos órgãos de controle, enfatizou, é qualificar o debate público e ajudar o Estado a produzir justiça fiscal.



Previsibilidade, coerência e rigor técnico na gestão fiscal

Em seguida, o ministro André Mendonça apresentou um panorama sintético da jurisprudência do STF em matéria financeira. Seu foco esteve na construção de critérios objetivos para examinar benefícios fiscais, políticas orçamentárias e decisões que impactam a federação.

Ao comentar a ADI 5635, que tratou de fundos de equilíbrio fiscal no Rio de Janeiro, Mendonça ressaltou que incentivos não podem ser avaliados de forma abstrata. Cada caso exige exame concreto, sob pena de comprometer o equilíbrio das contas públicas.

Ele destacou ainda julgamentos que tratam dos limites constitucionais de gasto e da harmonia entre poderes. Em decisões recentes, como a que suspendeu dispositivos

que obrigavam o Executivo de Pernambuco a executar despesas sem previsão adequada, o STF reforçou que a autonomia política não autoriza o rompimento da responsabilidade fiscal. O ministro lembrou que a Corte considerou inconstitucional impor ao governo a abertura de créditos adicionais em prazo reduzido, especialmente em ano eleitoral. “Não se pode compelir o gestor a comprometer a responsabilidade fiscal do Estado”, disse, ao defender que a harmonia entre Legislativo e Executivo deve ser preservada para evitar abusos.

O ministro encerrou apontando que 2026, ano eleitoral, demandará vigilância redobrada dos Tribunais de Contas. “Ano eleitoral sempre demanda mais atenção, decisões precipitadas podem gerar danos irreversíveis ao interesse público”.



O compromisso constitucional da igualdade

A ministra Cármen Lúcia encerrou a conferência com uma fala contundente sobre desigualdades estruturais e violência, especialmente contra mulheres. Partindo de episódios recentes que chocaram o país, destacou que a brutalidade ainda é expressão de uma sociedade que convive, há séculos, com discriminações persistentes. “Desigualdades planejadas, executadas e desejadas por quem detém o poder permanentemente”, afirmou, ao analisar a historicidade da exclusão no Brasil.

A ministra destacou que a Constituição de 1988 colocou o princípio da igualdade no centro do projeto democrático justamente para

enfrentar essa herança. A igualdade, disse, não é retórica: é cláusula de civilização, parâmetro para políticas públicas e estrutura de proteção de direitos. Quando esse compromisso falha, multiplicam-se não apenas desigualdades materiais, mas violências físicas, simbólicas e institucionais.

Carmen Lúcia ressaltou o papel estratégico dos Tribunais de Contas. Ao garantir publicidade, transparência e fiscalização rigorosa do gasto público, essas instituições contribuem diretamente para a efetividade dos direitos fundamentais. Controle externo, afirmou, é também política de direitos humanos, pois assegura que recursos públicos sejam aplicados na redução de desigualdades e na proteção de vidas vulnerabilizadas.





ATRICON

ASSOCIAÇÃO DOS MEMBROS DOS
TRIBUNAIS DE CONTAS DO BRASIL

INOVAÇÃO, COOPERAÇÃO E RESULTADOS QUE REDESENHAM O CONTROLE EXTERNO BRASILEIRO

Estande da Atricon reuniu lançamentos, resultados e iniciativas que reafirmaram a capacidade dos Tribunais Contas de fortalecer políticas públicas.

No IV Congresso Internacional dos Tribunais de Contas (IV CITC), o estande da Atricon consolidou-se como um espaço de demonstração de tecnologias, divulgação de resultados e articulação de parcerias. Em três dias, dezenas de equipes de tribunais circularam pelo local para acompanhar lançamentos, conhecer ferramentas inéditas e participar de apresentações que revelam a maturidade institucional alcançada pelo Sistema de Controle Externo.

Ali, iniciativas estratégicas foram apresentadas ao público de forma contínua, articulando tecnologia, redes de colaboração, intercâmbio de boas práticas e fortalecimento das políticas públicas.

BI Saúde: dados em tempo real para monitorar políticas municipais

Um dos destaques do estande foi a apresentação do BI Saúde, painel interativo desenvolvido pela Atricon que permite acompanhar, em tempo real, o desempenho dos municípios em metas do Sistema Único de Saúde (SUS). A iniciativa reúne dados oficiais, organizados de forma comparável e visual, facilitando tanto a fiscalização dos Tribunais de Contas quanto o controle social.

A plataforma foi projetada para ser intuitiva e acessível, permitindo que o usuário visualize tendências, fragilidades e avanços de cada localidade.

Educação: resultados da fiscalização Sede de Aprender

Também ganhou espaço a apresentação dos dados consolidados da fiscalização nacional Sede de Aprender, conduzida pelos Tribunais de Contas sob coordenação da Atri-

con. O levantamento investigou as condições estruturais das escolas públicas, o acesso à água, energia e saneamento, além de aspectos de gestão educacional que influenciam o desempenho dos estudantes.

Enfrentamento à violência infantil

O estande ainda apresentou os avanços do projeto Infância Segura, que expôs os desdobramentos da fiscalização nacional sobre violência contra crianças e adolescentes realizada em 2024. O trabalho mapeou gargalos na rede de proteção, apontou insuficiências em serviços essenciais e destacou boas práticas replicáveis.

Catálogo de IA Generativa

A Rede de Secretários de Tecnologia da Informação dos Tribunais de Contas (Rede STI) apresentou seu novo Catálogo de Inteligência Artificial Generativa, produzido de forma colaborativa. O material reúne casos de uso, orientações de implementação e diretrizes de segurança para apoiar os tribunais na adoção responsável das ferramentas de Inteligência Artificial. A iniciativa reforça a capacidade de inovação distribuída no Sistema de Controle Externo.

InfoContas: inteligência aplicada ao controle

Outra rede a ganhar protagonismo foi a Rede InfoContas, formada pelas Unidades de Informações Estratégicas dos tribunais. No estande, foram apresentados resultados de ações conjuntas de inteligência, incluindo análises que auxiliam na detecção de riscos, cruzamento de bases públicas e identificação de padrões que orientam fiscalizações mais eficazes.

Processo Eletrônico da Atricon

A modernização interna também foi tema de destaque, com a apresentação da estratégia de implantação do Processo Eletrônico no âmbito da Atricon. A iniciativa visa digitalizar fluxos, padronizar procedimentos e ampliar eficiência administrativa.

Código Nacional de Processo de Controle Externo

A consolidação do Código Nacional de Processo de Controle Externo foi apresentada como marco para a uniformização de ritos processuais nos Tribunais de Contas. O instrumento estabelece fundamentos comuns para organizar a atuação fiscalizatória, garantindo maior previsibilidade e coerência entre os tribunais.

Rede Consenso: consensualismo aplicado ao controle

No mesmo eixo, o lançamento da Rede Consenso reuniu lideranças do Sistema de Controle Externo para apresentar um modelo de resolução consensual de conflitos administrativos. A iniciativa trata o consensualismo como abordagem madura, orientada à eficiência e à prevenção de litígios.

Portal de Projetos da Atricon

O Portal de Projetos, que organiza e dá visibilidade às frentes coordenadas pela entidade, foi apresentado como instrumento de gestão estratégica. Reúne informações sobre objetivos, entregas, responsáveis e cronogramas das iniciativas em andamento.

MQB – Marco de Qualidade das Boas Práticas dos TCs

Também esteve em destaque o Marco de Qualidade das Boas Práticas (MQB), que estrutura a identificação, sistematização e avaliação de práticas replicáveis entre os tribunais. Foram apresentados os resultados do biênio 2024–2025 e o panorama das ações previstas para 2026, reforçando o compromisso da Atricon com a melhoria contínua.

MMD-TC – Modelo de Maturidade dos Tribunais de Contas

O Modelo de Maturidade dos Tribunais de Contas (MMD-TC), referência para avaliação institucional, foi detalhado no estande, mostrando como os parâmetros ajudam a orientar avanços na gestão, na transparência e na execução da atividade-fim.

Rede Integrar: fortalecimento da fiscalização em saúde

A Rede Integrar, que reúne Tribunais de Contas em ações voltadas à saúde, apresentou seu Referencial de Avaliação da Transferência de Material Hospitalar para entidades sem fins lucrativos. A metodologia orienta análises mais robustas sobre a maturidade das estruturas responsáveis pela gestão desses equipamentos. Atricon, Instituto Rui Barbosa (IRB) e Tribunal de Contas da União (TCU) assinaram um termo aditivo que renovou a cooperação e criou um Comitê Estratégico para orientar ações conjuntas da rede.

Ação Coordenada Nacional

A Ação Coordenada Nacional, realizada por Atricon, Ministério Público Federal (MPF), TCU e Controladoria-Geral da União (CGU), foi apresentada em coletiva de imprensa. A iniciativa reforça o alinhamento entre órgãos de controle no enfrentamento às irregularidades e na promoção de integridade.

Acordos e renovação de parcerias

O estande também sediou a renovação do Acordo de Cooperação Técnica do Cadastro Único (CadÚnico) com o Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social (MDS), fortalecendo o intercâmbio de informações para aprimoramento de políticas sociais.





A INOVAÇÃO QUE MOVE O SISTEMA DE CONTROLE EXTERNO: DESTAQUES DO PRÊMIO INNOVATIO

Prêmio celebra projetos inovadores e consolida o compromisso dos Tribunais de Contas com práticas que aproximam o controle externo da sociedade.



PRÊMIO INNOVATIO

Reconhecimento à Inovação nos Tribunais de Contas

No IV CITC, a celebração da inovação ganhou espaço de honra com a entrega da 1ª edição do Prêmio Innovatio, uma iniciativa do Instituto Rui Barbosa (IRB) e da Atricon, com apoio das entidades do Sistema de Controle Externo. O prêmio reconhece projetos e reafirma um movimento crescente: o compromisso dos Tribunais de Contas com novas ideias, novos métodos e um serviço público cada vez mais próximo da sociedade.

A cerimônia foi conduzida pelos presidentes Edilberto Pontes (IRB), Edilson Silva (Atricon) e Herneus de Nadal (TCE-SC). Em um discurso marcado por entusiasmo e propósito, Edilberto Pontes ressaltou a importância do encontro no fortalecimento da cultura de inovação. “Um dos momentos mais inspiradores de nosso calendário institucional”, afirmou.

Criado para identificar e disseminar boas práticas entre os Tribunais de Contas, **o Prêmio Innovatio consolida-se como um marco ao reunir 146 iniciativas de todas as regiões do Brasil.** Nas palavras do presidente do IRB, “um resultado que demonstra a vitalidade de nossas instituições, a criatividade de nossos servidores e o compromisso permanente com a boa governança, a ética pública e a melhoria da gestão estatal”.

Pontes agradeceu especialmente à Comissão Avaliadora, composta por especialistas de destaque na área pública e acadêmica: Marco Antônio Carvalho Teixeira e Fernando Luiz Abrucio, da Escola de Administração de Empresas de São Paulo da Fundação Getúlio Vargas; Jéssika Moreira da Silva, do Movimento Pessoas à Frente; e Marcos Antônio Rios da Nóbrega, do Tribunal de Contas de Pernambuco (TCE-PE).

A premiação considerou critérios relacionados à eficiência, criatividade, alcance social, qualidade técnica, potencial de replicação e capacidade de reduzir burocracias. **“O que vemos hoje é mais do que um conjunto de boas ideias: é uma rede de profissionais, gestores e instituições que acreditam que o Controle Externo deve ser útil, próximo, orientador, moderno e comprometido com quem mais precisa da ação do Estado”**, salientou Pontes.

A primeira edição do Prêmio Innovatio marca, assim, um capítulo importante na trajetória dos Tribunais de Contas, reafirmando a inovação como parte do seu presente e do seu futuro.

CONHEÇA AS INICIATIVAS PREMIADAS



CENTRAL ÚNICA DE VAGAS EM CRECHES PÚBLICAS E FILA DE ESPERA TCE-RO

Autor: Felipe Mottin Pereira de Paula

Coautores: Igor Tadeu Ribeiro Carvalho,
Jackson Henrique da Silva Bezerra, Kesia
Gonçalves de Abrantes Neiva e Vinicius
Schafascheck de Moraes.



TRANSIÇÃO RESPONSÁVEL: REINVENTANDO A FISCALIZAÇÃO E A COLABORAÇÃO EM MUDANÇA DE GOVERNO TCE-CE

Autor: Francisco Cristiano Maciel de Góes

Coautores: Gilberto Bruno Andrade de
Oliveira, Paulo de Araújo Lima Junior,
Raimundo Weliton de Lacerda Lima e
Raphael Pinheiro da Costa.



BRIGADA EM SAÚDE MENTAL TCE-SP

Autora: Fernanda Borges Keid

Coautores: Katia da Silva Wanderley, Lígia
Stungis e Simone Ferro Rizo.

Menções Honrosas

ALAVANCANDO APRENDIZADO ATRAVÉS DE PRÁTICAS DE GESTÃO CUSTO-EFETIVAS – PCGE

TCMRio

Autor: Felipe Galvão Puccioni.

PROGRAMA OLIMPÍADA DE CONTROLE SOCIAL DAS CONTAS PÚBLICAS

TCE-CE

Autor: Rholden Botelho de Queiroz

Coautores: Eloisa Maia Vidal, Hanuzia
Pereira Ferreira, Luís Eduardo de Menezes
Lima e Simone Coêlho Aguiar.

PROJETO CARGO COM MÉRITO: TRANSPARÊNCIA E ÉTICA NA SELEÇÃO PÚBLICA PARA CARGOS COMISSIONADOS

TCE-RO

Autor: Felipe Alexandre Souza da Silva

Coautora: Larissa Gomes Lourenço Cunha.

TI VERDE: INOVAÇÃO E SUSTENTABILIDADE NA ERA DIGITAL

TCE-PE

Autora: Ana Carolina Chaves Machado
de Morais

Coautores: Fagner José Coutinho de Melo,
Francisco José Almeida de Oliveira,
Joás Tomaz de Aquino e Ricardo Jorge
Veras Beltrão.

CITC

REALIZAÇÃO

ATRICON

ASSOCIAÇÃO DOS MEMBROS
TRIBUNAIS DE CONTAS

TCE-SC
O Tribunal da
Governança
Pública
Catarinense



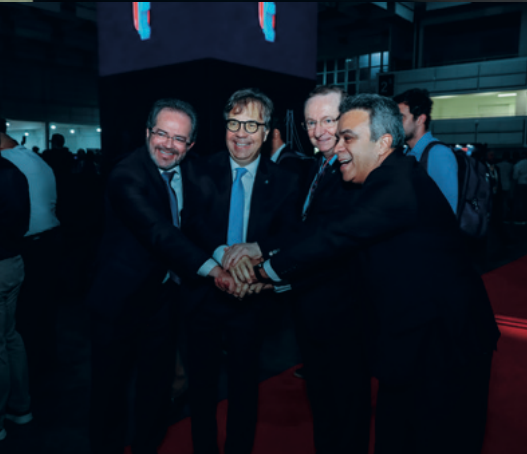
Instituto
Rui Barbosa
A Casa do Conhecimento dos Tribunais



SLATIVA
CATARINA

MPCON
Núcleo Nacional do Ministério Público do Estado

TRIBU
DE CO









IV CITC COMPENSA 100% DAS EMISSÕES DE CARBONO E TRANSFORMA RESÍDUOS EM IMPACTO AMBIENTAL E SOCIAL

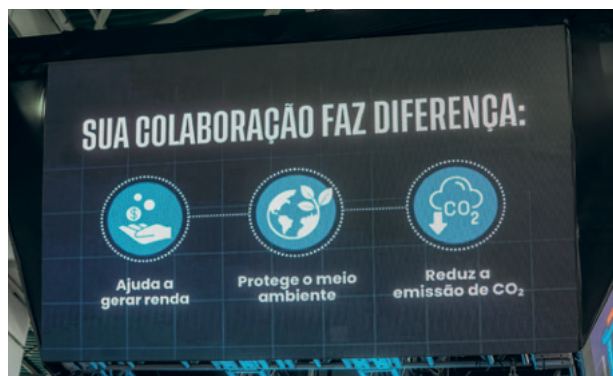
Além da programação técnica e do intenso diálogo institucional, o IV Congresso Internacional dos Tribunais de Contas deixou um marco efetivo de compromisso com a sustentabilidade. Ao realizar o Inventário de Emissões de Gases de Efeito Estufa (GEE) do evento, a Associação dos Membros dos Tribunais de Contas do Brasil (Atricon) incorporou a agenda climática à prática institucional, reforçando valores como transparência, responsabilidade e boa governança.

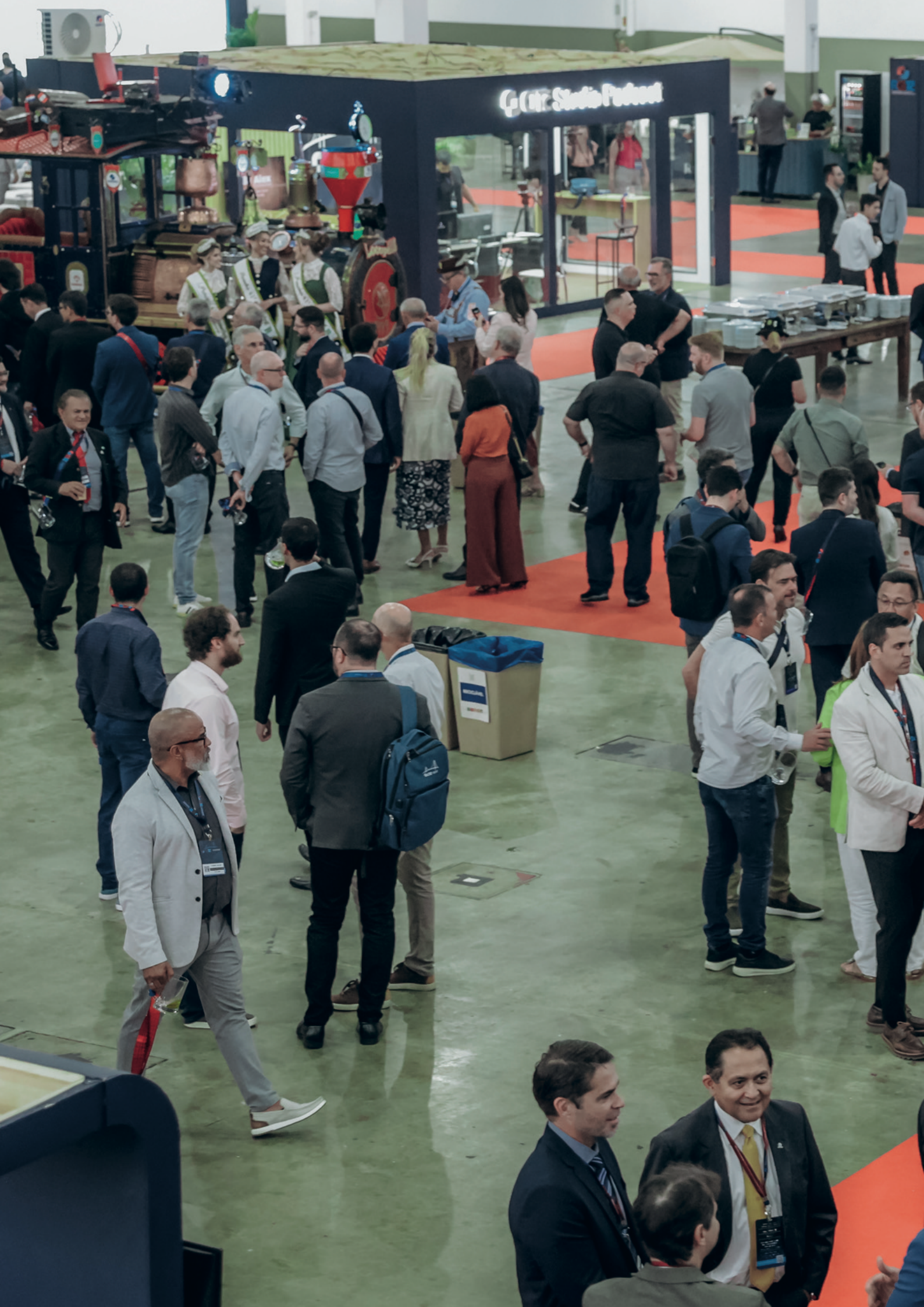
O inventário permitiu mapear os principais impactos ambientais do Congresso, como o consumo de energia elétrica e os deslocamentos de participantes e equipes. A partir desse diagnóstico, as emissões associadas ao evento foram integralmente compensadas por meio de créditos de carbono certificados e alinhados aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, consolidando uma atuação pautada pela transparência climática.

O compromisso ambiental do IV CITC também se materializou na **gestão estruturada dos resíduos sólidos gerados durante o evento**. A coleta seletiva foi conduzida pela empresa Ecosane, que assegurou a correta segregação, triagem e destinação dos materiais produzidos ao longo do Congresso. Ao todo, foram gerados **2.277,60 kg de**

resíduos sólidos, incluindo papelão, plástico, vidro, alumínio, resíduos orgânicos e rejeitos. Após a triagem, os materiais recicláveis foram encaminhados à reciclagem, contribuindo para a economia circular e para a redução do volume destinado a aterros sanitários. Como resultado, foi possível **evitar a emissão de aproximadamente 575,91 kg de CO² equivalente**, além de gerar **R\$ 797,00 em renda para cooperativas de reciclagem**, ampliando o impacto social positivo da iniciativa.

Com essas ações integradas — inventário, compensação de emissões e gestão responsável de resíduos — o IV CITC demonstrou que sustentabilidade vai além do discurso institucional. Ao adotar a transparência climática como instrumento de gestão e promover a responsabilidade socioambiental em todas as etapas do evento, a Atricon encerra o Congresso deixando um legado que conecta controle externo, inovação institucional e cuidado com o futuro.







IV CITC REÚNE MAIS DE 3 MIL PARTICIPANTES E REAFIRMA A FORÇA DAS INSTITUIÇÕES DE CONTROLE

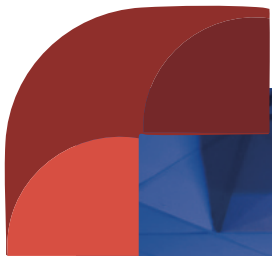
Em sua quarta edição, o CITC consolida-se como um espaço de diálogo, cooperação e projeção do futuro do controle externo brasileiro.

A quarta edição do Congresso Internacional dos Tribunais de Contas confirmou aquilo que já se desenhava nas últimas edições: o CITC tornou-se um dos mais importantes espaços de reflexão, troca e construção coletiva do controle externo brasileiro. Foram mais de 3,1 mil participantes circulando pelo CentroSul, em Florianópolis, em dias marcados por intensidade, diversidade e um diálogo institucional raro de se ver reunido em um único lugar.

De 2 a 5 de dezembro de 2025, o congresso apresentou uma programação atrativa, combinando palestras, oficinas, painéis e encontros temáticos que aproximaram diferentes campos do conhecimento. Membros dos Tribunais de Contas, autoridades do Ministério Público, ministros do STF e do STJ, lideranças do Executivo, parlamentares e especialistas internacionais compartilharam

perspectivas que conectam boas práticas, desafios concretos e novas fronteiras da atuação pública. A presença de delegações de oito países ampliou ainda mais o alcance do encontro, transformando o CITC em um verdadeiro palco global de ideias. O intercâmbio de experiências e a formação de novas redes de cooperação ressaltaram a vocação internacional do congresso e reforçaram um caminho de amadurecimento institucional que não conhece retrocesso.

Em sua quarta edição, o CITC reafirma seu papel: ser um fórum que inspira, atualiza e projeta o controle externo para o futuro, unindo técnica, diálogo e compromisso público em torno da missão de fortalecer a democracia e aperfeiçoar as políticas públicas no Brasil.





EXPEDIENTE

Revista IV CITC

Realização

Associação dos Membros dos
Tribunais de Contas do Brasil (Atricon)

Comissão Organizadora

Conselheiro Edilson Silva (TCE-RO)

Presidente da Atricon e coordenador-geral do IV CITC

Conselheiro Joaquim de Castro (TCM-GO)

Vice-Presidente Executivo da Atricon

Conselheiro Thiers Montebello (TCMRio)

Presidente da Abracom

Conselheiro Luiz Antonio Guaraná (TCMRio)

Presidente do CNPTC

Conselheira-Substituta Milene Dias da Cunha (TCE-PA)

Presidente da Audicon

Conselheiro Wilson Rogério Wan-Dall (TCE-SC)

Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina

Conselheiro Herneus de Nadal (TCE-SC)

Presidente do Tribunal de Contas do

Estado de Santa Catarina

Conselheiro Edilberto Carlos Pontes Lima (TCE-CE)

Presidente do Instituto Rui Barbosa

Comissão Científica

Coordenadora-Geral Conselheira

Carolina Matos dos Santos

(TCE-BA) – Atricon

Conselheiro Ivan Lelis Bonilha

(TCE-PR) – IRB

Conselheiro João Antonio da Silva Filho

(TCM-SP) – Abracom

Conselheira Marianna Montebello Willeman

(TCE-RJ) – CNPTC

Conselheiro-Substituto Donato Wolkers Moutinho

(TCE-ES) – Audicon

Conselheiro Adircélio de Moraes Ferreira Júnior

(TCE-SC) – TCE-SC

Assessores

Filipe Radajeski Spanemberg (Atricon)

Ana Paula Ramos (Atricon)

Fabiana Terra (Atricon)

Priscila Fernandes (Atricon)

Juliana Francisconi Cardoso (TCE-SC)

Rogério Guilherme de Oliveira (TCE-SC)

Major Wondracek (TCE-SC)

Marisaura Rebelatto dos Santos (TCE-SC)

Juraci Muniz Júnior (IRB)

Ligia Caputo (Abracom)

Nathália Vinagre Rezende (Audicon)

Flavio Torres Nunes (CNPTC)

Coordenação Geral da Revista

Joyce Murasaki (TCM-SP)

Coordenação de cobertura

Vinicius Appel Fernandes (Atricon)

Cobertura – Texto

Fernanda Mesquita (TCE-RR)

Heloísa Rodrigues de Lima (TCE-GO)

Janaína Hoffmann (TCE-SC)

Jeferson Luís Coiatto Dias (TCE-SC)

João Paulo Aquino (TCE-RJ)

Ligia Caputo (TCMRio)

Lyniker Passos (TCM-GO)

Lúcia Helena Fernandes de Oliveira Prujá (TCE-SC)

Luiza Cautiero (TCMRio)

Maria Thereza Simões Cordeiro (TCE-SC)

Magda Audrey Pamplona (TCE-SC)

Marcos Roberto Espíndola (TCE-SC)

Cobertura – Imagens

Adriano Assis (Click Ilhéu)

Aline Tuckler (Benevides Vídeos)

Caio Cezar Cardoso Nascimento (TCE-SC)

Daniel da Silveira (Benevides Vídeos)

Douglas Quadros dos Santos (TCE-SC)

Fabiano Augusto (Benevides Vídeos)

Fábio Rossi (TCMRio)

Felipe Moraes (Benevides Vídeos)

Germano Rorato (Benevides Vídeos)
Joel Arthus do Nascimento Ribeiro (TCE-AM)
Jürgen Mayrhofer (TCE-RS)
Léo Morroni (Benevides Vídeos)
Luciano Nunes (Benevides Vídeos)
Maycon Silva (Benevides Vídeos)
Rebeca Bastos (TCE-RR)
Carlos Eduardo Freitas (TCMRio)
Carolina Queiroz (TCMRio)
Kátia Brito Manzanares (TCE-SC)
Luciano Lima Manzanares (TCE-SC)
Laura Daniela Valentini (TCE-SC)
Maria Rocha Bahl (TCE-SC)
Silvana Barbi Taranto (TCE-SC)
Tatiana da Costa Gomboski (TCE-RS)
Marcius Aurélio Furtado (TCE-SC)
Kelly Cristina Caixeta de Castro (TCE-CE)
Rodrigo Drummond (Atricon)
Weslenny Rosa (Atricon)
Lucas Nunes (Atricon)
Valter Benevides (Benevides Vídeos)
Vitor Antonio da Silva (Benevides Vídeos)

Vídeocast Atricon

Editor-chefe

Ederson Eurípedes Marques (Atricon)

Equipe

Dhenia Gerhardt (TCE-TO)
Fernando Henrique Martins da Silva (TCE-SP)
Flávia Martins Rezende de Mello (TCE-AM)
Marcelo Oliveira (TCM-PA)
Wendell Rodrigues da Silva (TCE-RO)

Lavanda Digital:

Produção Editorial

Ana Clara Jabur

Diagramação e Projeto Gráfico

Fernando Donato
Sabrina Alencar

Atendimento

Ana Carolina Lopes

Produção executiva

Ana Rita de Holanda

Apoio Técnico e Institucional

Anne Karoline Dorileo de Oliveira
João Lopes Conde
Joaquim Freire da Silva
Lívio Fornazieri
Marcos Paulo Oliveira Pontes
Marília de Fátima Oliveira
Thaís Fernanda Coelho de Jesus Silva

Dados Institucionais

Associação dos Membros dos
Tribunais de Contas do Brasil – Atricon
SGAN – Quadra 601, Bloco H, Edifício Íon Sala 74 – Térreo
CEP 70830-018 Brasília-DF
www.atricon.org.br
(61) 99805-0360 (Também Whatsapp)

Redes sociais e canais oficiais

Instagram: @atricon_oficial
YouTube: AtriconOficial
Site: www.atricon.org.br

Ano de publicação

2026

